Os Movimentos Sociais, a Sociedade Civil e o "Terceiro Setor" na América Latina: Reflexões Teóricas e Novas Perspectivas[1]

Apresentação

O debate que se segue foi realizado durante o dia 14 de junho de 2000 e ve como objetivo reunir um grupo de pesquisadores para trocar idéias e compartilhar preocupações em torno das transformações - empíricas, teóricas e políticas - por que passa esse campo temático no Brasil e na América Latina. Sob o impacto das mudanças que decorrem da globalização e das políticas de cunho neoliberal, o campo da sociedade civil, os atores que o nstituem e as relações que o atravessam têm apresentado uma dinâmica ja velocidade e complexidade coloca desafios substantivos aos seus rotagonistas e àqueles que se empenham na sua análise. Alguns destes desafios foram abordados no debate. Feita a sua transcrição[2], consideramos que a sua divulgação, mesmo sem uma revisão do texto pelos participantes, oderia ser útil e contribuir para o prosseguimento e aprofundamento dessa scussão que, nos parece, tem implicações fundamentais para o processo de nstrução democrática no nosso país.

---

[1] O seminário foi apoiado pelo Programa de Bolsas para Humanidades da Rockefeller Foundation, um projeto da Área de Cultura e Política do Programa de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH –UNICAMP. O Projeto "Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil", desenvolvido através de convênio IFCH/F.Ford, tornou possível a transcrição da gravação do debate.

[2] A transcrição da gravação do seminário foi realizada, de maneira muito competente, por Bruno Gaspar Garcia, a quem agradecemos.

Na preparação do seminário adotamos os seguintes procedimentos: 1.elaboramos um roteiro de perguntas para orientar para o debate que circularam previamente entre os participantes e receberam acréscimos e sugestões; 2. solicitamos aos participantes que enviassem textos, cuja leitura pudesse subsidiar a discussão.[3] 3. solicitamos aos debatedores que preparassem colocações introdutórias para cada uma das perguntas, que abririam a discussão ampla de cada uma delas.

Os debatedores/as convidados/as, a quem agradecemos, foram SILVIO CACCIA BAVA (Pólis); KATHRYN HOCHSTETLER (Colorado State University, EUA); NATHALIE LEBON (Randolph Macon College, EUA) e SONIA E. ALVAREZ (University of California at Santa Cruz, bolsista do Programa Rockefeller/Unicamp). EVELINA DAGNINO (Unicamp) coordenou o debate e ANA CLÁUDIA TEIXEIRA (do Grupo de Estudos da Construção Democrática da Unicamp) e CATIA AIDA SILVA (UNICAMP) também participaram da mesa. Outros participantes convidados para o debate foram PEDRO PONTUAL (Ação Educativa e Prefeitura Municipal de Santo André), BRIAN WAMPLER (University of Texas at Austin, EUA), e integrantes do GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA do IFCH Unicamp e alunos da Pós-Graduação da Unicamp.

Evelina Dagnino e *Sonia E. Alvarez*
(Organizadoras)

---

[3] Esses textos foram: Sílvio Cacciabava - "O Terceiro Setor e os Desafios do Estado de S. Paulo para o Século XXI"; Nathalie Lebon – "Profissionalização de grupos de saúde da mulher em São Paulo: o tortuoso caminho da diversidade organizacional" e "Up the Purse's Strings: NGO Relations with Donor Agencies"; Sonia E. Alvarez – "Advocating Feminism: The Latin American Feminist NGO 'Boom'" e "Translating the Global: Effects of Transnational Organizing on Local Feminist Discourses and Practices in Latin America." ; Ana Cláudia Teixeira – "A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade."; Elisabeth J. Friedman and Kathryn Hochstetler – "The Next Century of Corporatism? Assessing the "Third Transition in Latin American Democratization."

ergunta 1

(1) O governo FHC, como a grande maioria dos governos latino-americanos hoje, declara que a "sociedade civil" representa uma arena fundamental para a promoção da cidadania, a democracia, o desenvolvimento sustentável, a justiça social, e um sem número de outras coisas boas e valores louváveis. Por outro lado, tanto nos discursos oficiais como na prática, FHC, como a maioria dos seus congêneres na América Latina, tem consistentemente desqualificado os movimentos sociais e as suas práticas mais "combativas"—mesmo quando ditos movimentos, presumivelmente, formam parte constitutiva da tão-louvada sociedade civil. Inúmeras proclamações infelizes (ou infames...) como "a democracia não se faz na gritaria," junto com a postura repressiva frente aos manifestantes contra a "festa dos 500 anos" e intransigência perante as recentes mobilizações do MST, sugerem um tratamento bastante diferenciado ao fenômeno "movimento social", em comparação com o outorgado oficialmente à "sociedade civil."

a) Quais os fatores que tem impulsionado os novos discursos governamentais latino-americanos sobre a sociedade civil?

b) Como entendermos estas aparentes "discrepâncias" nos discursos oficiais contemporâneos sobre a sociedade civil e sobre os movimentos sociais?

ilvio Caccia Bava: Antes de mais nada, quero expressar minha satisfação de tar aqui, de poder partilhar este momento. Acho da maior importância ssumir alguns temas como temas problemáticos, com implicações profundas no desenvolvimento teórico e político, e que nós temos tido poucas oportunidades de aprofundar num debate. Essa iniciativa não é um cumprimento formal, é um reconhecimento da importância e da necessidade e termos espaços como esse para refletir. Essa discussão, quando está posta os marcos de um cenário latino-americano, remete para algumas coisas que já são conhecidas, já são referentes para nós, que são os efeitos perversos do ajuste estrutural das economias latino-americanas, os efeitos sociais perversos, o aumento da desigualdade, etc. Mesmo olhando os últimos relatórios do esenvolvimento social, vemos uma regressão da qualidade de vida das

populações, o que aliás não é uma particularidade da América Latina. Se vocês observarem, nos últimos trinta anos a dualização no mundo inteiro se aprofundou, particularmente no sul. Em 1960 a diferença entre os 20% mais ricos e os 25% mais pobres era de 30 para 1 no mundo; em 98 era 82 para 1. Quer dizer, há uma velocidade inclusive com que essa desigualdade aparece, que tem a ver com o redesenho das relações do Estado com a sociedade civil, com um novo lugar que as propostas de governabilidade sobre os processos de ajuste atribuem para a política. Acho muito difícil em 5 minutos dar um pontapé inicial, mas enfim, o que eu queria dizer é que ao se assumir essa idéia da diferença entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, sendo que o Estado muda o seu perfil, ele não ficou mínimo em lugar nenhum, ele se transforma num Estado capturado pelo capital rentista, muito mais alinhado com os grandes grupos econômicos, particularmente financeiros, do que com o papel regulador e redistributivo que ele deve ter particularmente nas sociedades muito marcadas pela desigualdade. Na medida em que o Estado se retira desse seu papel regulador que implica na formulação e implementação de políticas públicas, de caráter universal, que atendam as demandas do pacto redistributivo em cada sociedade, e na medida em que essa lógica não pretende também mexer em nada na lógica do mercado, ou seja o mercado é intocável, tem sua própria dinâmica, não pode ser contaminada pelas questões políticas e sociais, sobra para a "virtuosa" sociedade civil resolver todos os problemas das condições de vida da população. Estamos vendo que as próprias avaliações feitas pelo Banco Mundial, pelo sistema das Nações Unidas como um todo, estão dizendo que esse ajuste e a penalização social das populações, no caso, latino-americanas, foram longe demais. Isso está levando a uma instabilidade política, ao reconhecimento de que as formas institucionais democráticas, reguladoras de conflito, não operam nesse cenário, e isso quer dizer desestabilização, e o mercado não funciona sem estabilidade política. Então passa a ter dentro dessa perspectiva uma preocupação direta, inclusive desses atores multilaterais, do FMI, da OMC, do BIRD, de que é preciso reforçar a sociedade civil para constituir diálogos e interlocutores entre o Estado nas sua diversas instâncias e essa mesma sociedade, sem no entanto reconhecer o **locus** onde se dá a negociação. A fragmentação do espaço público é visível, e o lugar da política sumiu. Se antes

o Estado regulava o pacto social e os atores da sociedade, vamos dizer assim, s classes, os interesses, se enfrentavam numa arena institucionalizada, essa ena hoje está cada vez mais fragmentada. Isso quer dizer que a sociedade ivil virtuosa é aquela que concede através da filantropia, da solidariedade, das arcerias, termos perigosos que acho bom que tenhamos assinalado aqui no ebate. No fundo, que o manejo do conflito se dê internamente na sociedade vil supondo que as empresas e as entidades sem fins lucrativos podem se mbinar para atender as necessidades pontuais, localizadas, dos grupos mais lneráveis. Por se pretender eliminar o cenário do conflito, no meu entender, s movimentos sociais se tornam altamente incômodos. Quer dizer, não é uma sociedade democrática, é uma sociedade cada vez mais autoritária, embora ncionando num sistema formal democrático de corte liberal, e tudo aquilo ue desestabilizar o status quo vai ser criminalizado. Então o MST é um aderneiro, o Sendero Luminoso é não sei o que, Chiapas também, quer dizer, idéia de que a sociedade não agüenta mais esse tipo de regulação pública, ue está cada vez mais privado, que começa a buscar formas instituintes do ovo espaço da política e de expressão da cidadania, incomoda a esses overnos de uma maneira geral. Os movimentos sociais são combatidos a rro e fogo, no caso do Brasil desde a greve dos petroleiros em 95, onde a uestão não era as negociações da greve, era quebrar a capacidade de expressão política daquele segmento dos trabalhadores. Da mesma forma, vemos essa demonização daqueles que discordam, desqualificados como etrógrados, "neobobos", enfim, não se reconhece a importância da demanda, a nportância do ator, e a necessidade de que o conflito seja constitutivo da rma de regulação social.

Kathryn Hochstetler: Me alegra estar aqui falando na Unicamp, que é um pouco como minha casa no Brasil. O que tenho a dizer sobre essa primeira ergunta é mais complementar ao que Silvio disse, porque os meus ensamentos têm mais a ver com o conceito de sociedade civil em si. FHC, omo diz a pergunta, fala da sociedade civil como uma coisa boa mas ao mesmo tempo quer restringir o que significa sociedade civil. Esta idéia da sociedade civil não é específica de FHC, na verdade, em termos filosóficos, é uma das maneiras de pensar a sociedade civil bastante comum. A primeira vez

que li algo que falava de sociedade civil, questionei por que estava-se falando de sociedade civil; porque este conceito, em termos filosóficos, vem da idéi não tanto de uma sociedade civil, mas de uma sociedade civilizada, o qu implica também uma sociedade selvagem, não civilizada. Então, já o conceito de sociedade civil tem em si essa dualidade. Na história desse conceito esses dois lados são bastante óbvios, então me surpreende um pouco que falemos tanto da sociedade civil quando há essa história de dizer que algumas sociedades são boas e outras são más. FHC está assim usando o conceito d uma maneira típica em termos filosóficos e em termos políticos, porque não é só FHC que usa o conceito dessa maneira, outros governantes do mundo usam, acho que Clinton diria algo assim. Essa é a maneira como os bancos internacionais usam o conceito, e até as ONGs internacionais, a grande maioria delas não quer dar dinheiro para entidades que são muito combativas. Acho que pensar em FHC usando o conceito é pensar nele como exemplo d uma maneira mais geral de pensar a sociedade civil. Falando nisso, eu gostari de resgatar um conceito, porque a minha idéia de sociedade civil é mais ampla do que a de FHC. A democracia, sim, às vezes se faz na gritaria, e muito mais quando a democracia também tem muitas falhas. Acho que nosso conceito d sociedade civil, independentemente dessa história do conceito, tem que se mais aberto. Há toda uma variedade de atividades que são parte dess sociedade civil, mas existem boas razões filosóficas e políticas para o uso que FHC faz do conceito.

Nathalie Lebon: Eu também estou muito feliz de estar aqui. Vocês já tiveram a oportunidade de ler meus textos, mas só para explicar um pouco de onde estou vendo quando respondo essas questões, queria dizer que sou antropóloga, muitas vezes estou olhando muito no micro, vendo os processos que estão ocorrendo no nível das pessoas ou mesmo das organizações, e tentando entender as implicações desses processos num âmbito maior, político e ético. Fiz pesquisa com grupos feministas em São Paulo, tentando entende as dinâmicas de profissionalização das organizações, que acontecem, acredito não só nas feministas mas em inúmeros movimentos sociais, o que dá um caráter muito híbrido a essas organizações profissionalizadas, ONGs de mulheres, às vezes parte de um movimento e, ao mesmo tempo, se vendo um

pouco fora desse movimento, ou assim sendo vistas. Quanto à essa primeira questão, em termos de onde vem essa posição de FHC, da visão diferenciada entre os movimentos sociais e o resto da sociedade civil, eu vejo as origens disso muito como Silvio falou, acho que é o resultado de ver em algumas organizações dentro da sociedade civil, já que é um termo muito abrangente, heterogêneo, a responsabilidade pela diminuição dos problemas criados pelo ajuste estrutural, pelas políticas neoliberais. Agora, uma coisa que eu acho que deve-se pensar é em termos de que formas de organização o governo FHC e outros de cunho neoliberal estão apontando como corretas para se entrar em diálogo. Quando se olha qual o tipo de organizações que são chamadas para se fazer parcerias chaves, percebe-se que há todo um tipo de critério, de linguagem comum, de origem social comum, de discurso semelhante, enfim, como Kathryn falou, as muito combativas não são chamadas. Do ponto de vista da minha pesquisa, há coisas muito práticas em termos de um horário comum, de uma pessoa, um contato permanente, que a forma dos movimentos sociais não possui. Seria importante pensar na definição de movimento social, mas se pensa numa coisa mais solta, onde não há necessariamente uma pessoa com quem você pode ter contato muito permanente, ou essa pessoa muda bastante. Também são pessoas ou organizações que são consideradas muito eficazes, com experiência na área em que são chamadas. Porém, não acho que isso deva ser uma estratégia intencional do governo, mas que, considerando a realidade social, política e econômica do Brasil depois da ditadura, as formas das organizações "corretas" da sociedade civil não são as dos movimentos sociais. As organizações mais profissionalizadas, apesar das diferenças, possuem padrões comuns, elas têm que pensar na questão do planejamento, o que as afasta da conjuntura, dos temas "quentes".

Sonia Alvarez: Todos têm ressaltado como a questão da nova agenda de políticas públicas, o Consenso de Washington, a exclusão, etc, leva a um novo discurso sobre a sociedade civil, mas eu queria resgatar uma coisa óbvia para todos nós, que esse conceito também tem uma longa trajetória na política contemporânea latino-americana, que, evidentemente, o termo sociedade civil surge no debate público justamente na época das transições democráticas, e que é importante não abrirmos mão dessa concepção de

sociedade civil e dessa história. Eu acho que uma das coisas que aponta o trabalho da Kathryn e Elisabeth Friedman[4] é que temos que entende também que esse novo discurso vem de uma nova forma de enquadrar a demandas dos movimentos sociais pós-transição, quer dizer, que há uma associação entre cidadania e sociedade civil, quando se fala de cidadania, um dos lugares privilegiados do ponto de vista dos movimentos sociais tem sido o espaço da sociedade civil como um lugar de promover, estender, aprofundar a democracia. A outra dimensão, e estou querendo resgatar o lado positivo de por que existe esse discurso, é que na pós-transição também houve uma extensão do campo dos movimentos sociais na direção do Estado, para a sociedade política, e as pessoas levam para dentro do Estado um discurso sobre a importância da participação da sociedade civil na gestão da coisa pública. Então, os Estados modernos e os discursos governamentais sobre a sociedade civil são polifônicos, são disputados, não são monolíticos e que é importante reconhecer isso porque, na medida em que não são monolíticos, então há alguma esperança de resgatarmos aqueles elementos que são mais positivos, que são mais propositivos, mais importantes para combater a exclusão e estender a cidadania. Em relação à discrepância entre os discursos e a prática na fala dos governantes, concordo plenamente com a idéia de que, hoje em dia, quando se fala em sociedade civil do ponto de vista dos FHCs, Fujimoris e Menens da vida, eles estão falando de uma sociedade civilizada, aqueles setores organizados na sociedade, que são o que outros cientistas políticos têm chamado de "oposição leal", e que tem embutida uma idéia de que agora existem regras do jogo, que são supostamente acessíveis igualmente a todos, então não há necessidade dessa baderna, dessa gritaria e manifestações, porque é só participar da campanha de um candidato e tudo está resolvido. Uma das coisas que vou depois comentar é que acho que há práticas muito diferenciadas dentro da sociedade civil, que nem todas as "virtuosas" organizações da sociedade civil são contestatórias, são críticas, nem são democráticas necessariamente, porque

[4] Friedman, Elisabeth and Kathryn Hochstetler. Assessing the Third Transition in Latin American Democratization: Representational Regimes and Civil Society in Latin America. *Comparative Politics*, forthcoming.

há uma idéia também, que vem desde Tocqueville, que o se associar é em si uma virtude, e em si leva a valores democráticos. Bom, é só pensar em várias formas de associação que não são em nada democráticas e que ao contrário reforçam práticas hierárquicas, antidemocráticas, como sociedades de amigos de bairro, clubes de futebol, enfim, há uma série de organizações que não são nada virtuosas, mas que, sim, são civilizadas. Uma das coisas que eu acho que é problemática é o fato de que os setores mais progressistas, de esquerda, contestatários, da sociedade civil que têm cara de civilizados, muitas vezes não dão conta de denunciar essa discrepância, de chamar a atenção pública, política, para fato de que FHC dialoga comigo mas não quer dialogar com os sem-terra, com os Outros 500. Há essa discrepância reforçada pelas práticas da própria sociedade civil, de alguns setores que se dispõem a dialogar, se dispõem a ser civilizados sem pelo menos também chamar atenção ao fato de que outros estão sendo excluídos e sem facilitarem espaços públicos onde esses que não são chamados diretamente a discutir poderiam fazer as sua vozes serem ouvidas Uma última coisa, vocês devem conhecer um artigo clássico do James Petras,[5] que tem uma posição extrema, e uma das coisas que ele fala, porque ainda está nos dias da "teoria da conspiração" das ciências sociais latino-americanistas, é que as ONGs estão sendo propositalmente promovidas pelos poderes nefastos do imperialismo para justamente apaziguar, controlar os movimentos sociais, que é uma estratégia de substituição deliberada, nada é inocente. Só para provocar, eu não concordo com essa idéia, enfim, há essa posição e outras que insistem que ao contrario as ONGs e a sociedade civil são fundamentais para a democracia, etc.

Catia Silva: Estou um pouco afastada desses estudos, não inteiramente afastada dos estudos sobre movimentos sociais e sociedade civil, mas em função de eu ter acabado minha tese, que é sobre promotores de justiça e direitos coletivos, que eu acho que tem muito a nos ensinar também nessa discussão. Quando li os textos nessas últimas semanas, uma das coisas que

---

Petras, James. 1997. Imperialism and NGOs in Latin America. *Monthly Review* 1-27.

pensei e que me chamou atenção, que eu acho que faz falta, é uma discussão mais conceitual, tentando realmente abordar essas diferenças entre sociedade civil, movimentos sociais e terceiro setor. O que me parece é seguinte: quando falávamos em sociedade civil, no contexto d redemocratização, estávamos sempre falando do terreno do bem, do iluminado, o que agora começa a ser questionado. A sociedade civil tem vários interesses divergentes, muitas vezes legítimos, que se opõem. E os movimentos sociais, bom, temos as pessoas falando um pouco menos, e mai sobre sociedade civil e muito mais sobre terceiro setor. A impressão que fic para mim é que o terceiro setor é a sociedade civil 5 estrelas, quer dizer, sociedade civil organizada, capacitada, especialista, enfim, aquelas organizações mais centrais, Rio-São Paulo, cheia de acadêmicos que muitas vezes ganham melhor do que nas Universidades, e que têm sempre acesso aos melhores financiamentos, dentro ou fora do Brasil. Essa sociedade civi é benvinda quando você tem esse terceiro setor, disposto a colaborar dentr de modelos pré-definidos, em certos programas. Ela não é benvinda quando tem movimentos, que não são bem conhecidos, que protestam, que não se enquadram no modelo que está sendo imposto e discutido pelos financiadores, pelo governo. Há também uma discussão que não consegu ver até hoje, dentro do campo das próprias ONGs importantes que fazer parcerias, de como esses parcerias podem ser transparentes, democráticas, como podem então estar junto com outras políticas que tem que ser universais, atingir a toda uma população. O que vemos nesses modelos que têm se propagado pela América Latina são programas exemplares, bonitos, mas onde o público alvo é restrito. É preciso começar a pensar essa parcerias em termos de políticas públicas mesmo, acho que isso pode ser ur tabu dentro do próprio campo das ONGs e terceiro setor.

Ana Cláudia Texeira: A Sonia falou em recuperar a história do conceito de sociedade civil no Brasil e na AL, a Catia também citou isso, e somente reforçando, essa história tem muito a ver com a história dos movimento sociais mesmo. Porém, é complicado pensar teoricamente num conceito d sociedade civil que se restrinja à história dos movimentos sociais, ele é mai amplo, principalmente na complexidade do mundo atual. É preciso avançar

na nossa compreensão do que é esse conceito e de que alternativa podemos er a ele. Uma saída que está no Dossiê [6] é reconhecer a pluralidade, econhecer os não democráticos como parte da sociedade civil, e isso nos rás conseqüências que não solucionamos muito bem, como a necessidade de sempre qualificar o uso do conceito. Muitas vezes é intencional dizer sociedade civil e não dizer o que se está reconhecendo... Gostaria de tocar na questão provocativa da Sonia, sobre as aparentes discrepâncias entre ociedade civil e movimentos sociais. Acho que é isso mesmo, as iscrepâncias são aparentes. No discurso de FHC não há discrepância enhuma, talvez eu esteja radicalizando um pouco, mas acho que é uma dificuldade em lidar com a oposição, vimos isso logo na greve dos petroleiros, a dificuldade em lidar com o conflito, a divergência, e sempre pensando que quem faz política é o governo, qualquer conteúdo diferente do ue propõe está excluído do debate, ou melhor, tem que ser excluído. Desqualifica não só o conteúdo mas também a forma como as coisas são feitas, aí entra a baderna, a greve que não deve ser feita. O que está previsto nessa concepção de democracia é o acordo, não a divergência, o conflito.

)EBATE

uciana Tatagiba: Pegando o final da fala da Ana, uma coisa que fica é a uestão da qualificação do termo sociedade civil. Temos que usar o quê conceitualmente? Qual caminho temos que construir em termos conceituais para uma questão assim problemática? Quando estamos falando na importância da parceria, do diálogo, dessas práticas discursivas no sentido geral, como estar atentos para que na nossa análise também chamemos tenção, da maneira devida, para os espaços de exclusão da fala? Estamos eforçando as experiências de conselhos, de parcerias, mas como, já nessa nálise, chamar atenção para o outro lado da questão, quer dizer, como ir além, ir qualificando o termo sociedade civil e trabalhar com isso, tanto no

[6] "Os Movimentos sociais e a Construção Democrática: Sociedade Civil, Espaços úblicos e Gestão Participativa" (texto de autoria coletiva do Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática) *Revista Idéias*, n.5/6 IFCH – UNICAMP, 2000.

nível conceitual quanto no momento das análises empíricas. Precisamos esclarecer que essas experiências também ajudam a cooptar outros espaços mais combativos, outras práticas também democráticas, para que não acabemos, na nossa análise, reforçando isso no nível conceitual.

Pedro Pontual: Ainda tentando me ater à primeira questão, eu acho que realmente não tem discrepância na prática do FHC. Na verdade temos que localizar um pouco a virtuosidade no discurso sobre sociedade civil tem uma funcionalidade para o governo. Então, gostaria de concordar com outras intervenções mas enfatizar o aspecto que a virtuosidade no discurso é utilizada no sentido de funcionalizá-la em relação a desresponsabilização do Estado e, ao mesmo tempo, tentando minorar os efeitos de uma lógica que é profundamente desigual. A grande questão que está colocada é a questão do aprofundamento da desigualdade. Nesse sentido, o que é virtuoso na sociedade civil? É aquilo que não desvela a lógica geral da desigualdade, são as pequenas ações. Quem são os interlocutores escolhidos, ou as práticas escolhidas? São aquelas pequenas ações capazes de minorar os sofrimentos de uma lógica geral de desigualdade, o que faz com que inclusive a interlocução com determinados movimentos sociais seja contraditória, aparentemente. Por exemplo, paulada nos sem-terra, em tudo que for manifestação de luta por direitos universais, reforma agrária, etc. Agora, ter que fazer um convênio com o Ministério da Educação, no assentamento desde que seja para continuar a escolarização, isso serve, o que não pode é mexer no modelo que está por trás. Acho que tem uma certa lógica. O que está se operando é um reducionismo das questões para encobrir essa questão da desigualdade. Agora, acho que há um componente nesse discurso de FHC também político, que tem a ver com a concepção de democracia. Sociedade civil é virtuosa até o momento em que ela não exercite de fato a democracia do ponto de vista direto e participativo. É preciso lembrar que tem uma lógica em todo o governo FHC de colocar apenas no espaço parlamentar o locus da política. Isso já estava colocado nos debates das campanhas presidenciais, na total desvalorização e desqualificação do exercício da democracia direta.

Brian Wampler: O que ocorreu foi um grande fortalecimento da sociedade civil, que antes era fraca. Qualquer governo do mundo vai reagir aos movimentos mais radicais, contestatórios. FHC está chegando no limite. Nesse processo de limite de seu programa ele vai tentar controlar a agenda política e a opinião pública. Esse processo eu consideraria uma coisa mais dura para aprofundar o projeto dele.

Ana Cláudia Farranha: Retomando a questão das diversas distinções quando falamos de sociedade civil: uma das coisas que me chamou bastante atenção ao ler os textos é exatamente a perspectiva de que existe um conjunto de associações, de movimentos, que são chamados para a negociação e outros que são absolutamente colocados na margem. Isso me suscita uma questão teórica, que eu acho que acompanha um pouco o que a Luciana falou: se neste momento, ao pensar estas distinções, este conceito de sociedade civil não nos remete a pensar também, conjuntamente, no conceito de Estado, não enquanto governabilidade, mas como expressão de interesses antagônicos. Isso fica muito claro nesse momento, na diferenciação em relação aos movimentos.

Maria do Carmo Carvalho: Somente gostaria de resgatar um aspecto do que a Luciana falou. Nosso grupo[7] fez um seminário esse mês, sobre o Estado e a política neoliberal, e uma das coisas que me chamou atenção na conversa foi que, ao reconhecermos a importância dos espaços de negociação, de conselhos, sem querer, temos deixado passar a impressão de que entendemos esses espaços como espaços de construção predominantemente de consensos. Deixamos de explicitar que nós os entendemos como espaços de explicitação do dissenso. Eu acho que nós precisamos deixar claro que quando falamos em sociedade civil e nesse tipo de espaço, estamos entendendo que são espaços de explicitação do dissenso, e esse dissenso não é esse que se faz somente nas mesas civilizadas de negociação mas também nas ruas. Isso porque somos vistos como legitimadores desse entendimento de uma sociedade civil civilizada, e não é isso que temos querido fazer. Negociação para nós significa explicitação do dissenso, legitimação de interesses diferentes.

---

[7] Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática da Unicamp.

Pergunta 2

(2) Um elemento que tem figurado crescentemente nos discursos oficiais sobre a sociedade civil, particularmente no Brasil, é a noção de "parceria". As organizações da sociedade civil—em especial, as ONGs—tem sido proclamadas "parceiras chaves" das diferentes instâncias do Estado para elaboração e implementação de políticas públicas, particularmente aquelas voltadas ao "combate à pobreza."

2a) Qual tem sido a evolução ou trajetória política dos discursos sobre essa noção, tanto dentro do Estado como dentro da própria sociedade civil?

2b) Quais as diferentes formas ou tipos de parcerias (reais e potenciais) entre Estado e a sociedade civil e quais contribuiriam para a construção democrática e para a expansão da cidadania e a justiça social?

2c) Qual é o impacto das parcerias Estado-sociedade civil sobre a relação das ONGs com o Estado? E sobre a relação das ONGs com os movimentos sociais com os quais trabalham ou aos quais "pertencem"?

Sonia Alvarez: Queria colocar a questão de como começa a pipocar este termo, parceria, que é de uso relativamente recente. Se falava em colaboração, negociação, mas parceria veio de onde? Eu não sei se tenho resposta definitiva e estou muito curiosa para saber se alguém pode me dar a linhagem... [Evelina: diretamente do mercado...] Enfim, acho que tem uma parte dessa noção que surge da sociedade civil, no sentido de que há setores da sociedade civil, de novo qualificando, diferenciando, que procuram o que algumas pessoas chamam de uma autonomia dialogante, de negociação, que procura a ocupação de espaços abertos dentro do Estado em diferentes níveis. É o pessoal que fala da "política do possível", vamos ocupar os espaços, abram-se os conselhos. No movimento feminista é patente, abre-se o conselho da condição feminina, vão algumas, outras ficam fora, algumas dizem vamos negociar, vamos fazer políticas públicas em parceria com o Estado. Não que elas usem o termo, o termo ainda é um mistério para mim. E aquela história de que também uma razão pela qual fazer projetos em conjunto com as instâncias governamentais seria aquela coisa de práticas exemplares que alguém já mencionou, a idéia de

que essas práticas poderiam servir de modelos para políticas estatais, isso da parte da sociedade civil. Da parte do Estado acho que é um pouco mais óbvio que tem a ver, como Evelina falou, com o mercado, com a nova agenda de políticas públicas, com a retração do Estado no campo das políticas públicas, mas, de novo, resgatando um lado mais positivo que há também dentro do Estado, alguns atores que procuram a sociedade civil por outros motivos menos malévolos, e que procuram parceiros na sociedade civil às vezes nas disputas internas ao Estado. Pessoas que estão levando brigas dentro do Estado, para bem ou o mal, progressistas ou não, e as parcerias lhe outorgam uma certa legitimidade interna. Em relação aos diferentes tipos e formas de parceria, acho que o texto que circulou da Ana Claudia[8] faz um bom apanhado das diversas formas mas acho que há outros tipos de parceria, ou o que ela chama de "encontros sociedade civil-Estado", que não estão contemplados no campo empírico que ela pesquisou, que tem a ver com o que poderíamos chamar de encontro sob contratação, que é uma coisa muito mais abertamente de mercado, encontro assessoria, onde as ONGs e entidades da sociedade civil são chamadas explicitamente para opinar sobre um determinado assunto, encontro confrontação, contestação, denúncia, onde o principal não é parceria. Já o termo encontro foi um esforço de, além de enquadrar a coisa como parceria, que é o discurso dominante, tentar pensar em outra forma de interface da sociedade civil e o Estado. Consulta seletiva, avaliação de programas e políticas, quer dizer, há uma série de formas de encontro. Uma das coisas que me preocupa em termo das parcerias tem a ver com qual é o impacto delas para as ONGs na sua relação com o Estado e com os movimentos sociais. Uma das coisas que me preocupa não é que as ONGs ou entidades realizem projetos, mas até que ponto elas servem de instituições intermediárias que fazem mais pública a coisa pública, até que ponto essas parcerias viabilizam o envolvimento não só do público alvo, algo pequeno, mas de públicos maiores, na execução mesmo de "projetinhos". Até que ponto as parcerias possibilitam que atores para além dos 2 ou 3 profissionais de uma ONG participem da

---

[8] Teixeira, Ana Cláudia Chaves, "A atuação das Organizações Não Governamentais: Entre o Estado e a Sociedade Civil." Relatório final, Projeto Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.

execução de alguma coisa que tenha a ver com o interesse público. Em relação a como as parcerias afetam a relação das ONGs com os movimentos sociais, acho que há um problema sério que é a possibilidade de algumas entidades se tornarem substitutas convenientes da sociedade civil, quer dizer, que os governos chamem e digam que estão dialogando com a sociedade civil sem nenhuma preocupação sobre até que ponto essas instituições têm algum tipo de diálogo, fora um eventual seminário, com os setores da sociedade em nome dos quais elas dizem atuar. Um outro ponto é o problema da lógica dos projetos versus a lógica dos processos. Quero dizer com isso que uma das coisas a que leva a parceria, seja com o Estado, ou o financiamento de projetos muito pontuais pelo Banco Mundial, pela chamada cooperação internacional, é que as entidades fiquem executando projetos que tem começo, meio e fim, versus se engajarem em processos que não tem começo, meio e fim tão claros, processos mais diversos desde conscientização, politização, esclarecimento, até o diálogo debate, na sociedade civil. Na relação com o Estado, acho que dependendo do grau de publicização, dependendo do grau de debate, de envolvimento em torno de uma parceria, sem essa publicização corre-se o risco das entidades da sociedade civil perderem um pouco de sua capacidade crítica, o que pelo menos para mim é uma de suas funções principais.

Nathalie Lebon: Em termos do conceito de parceria, eu estive pensando que talvez nos anos 70, 80, ocorreram mudanças na área do pensamento sobre desenvolvimento, enfatizando a questão da participação das pessoas dentro dos projetos, para ficarem mais eficazes, etc. Não sei se isso talvez seria uma das raízes. Sobre os diferentes tipos de parceria, o impacto dessas parcerias sobre a relação das ONGs com o Estado e com os movimentos, também gostei muito do trabalho de Ana Cláudia Teixeira, estavam bem no lugar esses diferentes tipos de encontro. Focalizando nas relações das entidades que são chamadas pelo governo e as relações delas com os movimentos com os quais trabalham, eu posso talvez fazer um paralelo com o engajamento das ONGs de mulheres nas conferências da ONU, num processo mais internacional mas que acho tem alguns paralelos. Literalmente, esses processos tendem a acelerar a agenda das ONGs, a ter datas, termos que você tem que respeitar, que não são suas, que não são do seu processo, mas que tem que respeitar porque vem de uma outra

agenda. Dessa maneira, dificulta-se essa mobilização de pessoas, você vai muito rápido. Uma outra coisa que notei na minha pesquisa é que os grupos que não são profissionalizados realmente têm muita dificuldade com esse ritmo acelerado, os grupos que não são chamados. As reuniões são mais constantes, fica mais difícil para quem não está numa organização mais estabelecida, quem milita somente à noite, etc. Claro que isso gera tensões, as organizações que têm essas relações mais próximas com o Estado, essas parcerias, vão ter mais contatos, informações, e isso gera tensões e uma hierarquização dentro do movimento. Também acho que não está tudo ruim com isso, é preciso ressaltar as coisas positivas das parcerias, que em determinados casos podem ser uma coisa importante. Para voltar à questão da tensão e hierarquização, acho que isso diminui o poder de pressão por baixo dos movimentos, também porque as lideranças já estão em outro patamar, não estão mais organizando atividades de rua, etc. Finalmente, acho que ocorre talvez uma certa comodificação da relação da ONG com o movimento social, não sei até que ponto as relações com o Estado estão na origem disso, mas dão o exemplo, dão o sentido para a atividade da ONG e isso se reflete nas relações com os movimentos sociais. Por exemplo, alguns dos serviços prestados aos movimentos sociais são pagos, isso tem a ver com a crise financeira que muitas das organizações estão passando mas é interessante ver como o capitalismo tem essa incrível força de engolir o que começa a surgir fora dele.

Kathryn Hochstetler: Eu não sei muito bem de onde vem esse conceito aqui no Brasil, mas estou fazendo um outro projeto que tem a ver com a sociedade civil global. É um estudo das conferências da ONU, temos enfocado as grandes conferências dos anos 90, e é interessante ver nesses documentos onde sai a palavra parceria. Na conferência Habitat, que aconteceu em Istambul em 96, o documento fala de parceria em todas as páginas. É interessante comparar esse uso de parceria dessa conferência com o que dizem os documentos finais da ECO-92 no Rio, porque estes falam dessas coisas de uma maneira bem diferente. Na Agenda 21 isso está em todas as páginas: os Estados, com vários grupos, tipos, pessoas, vão fazer essas coisas. De 92 a 96 mudou o discurso. Tem muitas pessoas discutindo por que isso ocorreu no nível internacional e eu acho que tem muito a ver com por que mudou aqui no Brasil. Chegando à área

de Habitat em 96, é de novo um lugar onde o governo não pode fazer, nem quer fazer, nem tem dinheiro para fazer. E agora, quando o Estado não pode nem quer, é o momento de parceria. Foi exatamente nesse momento global que apareceu essa palavra. Quando não mais podemos, vamos convidar. Mas acho que gostaria de resgatar novamente essa palavra porque essa não é a única origem do conceito. Temos muitas ambigüidades em todos esses conceitos porque quase todos têm vários pontos de origem, e vejo também como ponto de origem deste conceito as idéias do PT sobre orçamento participativo, e a temos essa idéia de que o Estado não pode fazer, o Estado não vai fazer da maneira correta, que a sociedade civil numa democracia tem que participar da maneira mais forte com as suas próprias idéias, até com os seus próprios recursos, então acho que todos os conceitos que estamos discutindo hoje têm esses dois lados, que vêm de um lugar e também de outro, que vêm de um discurso global, globalizante, de moda, da ONU, mas também são conceitos que têm outro significado em outros contextos. Muitas vezes, como Sonia disse, pessoas dentro do próprio Estado precisam de ajuda contra o Estado mesmo, para fazer as coisas que querem fazer, com mulheres, com meio ambiente, com vários assuntos, e muitas vezes essas oportunidades são na verdade oportunidades, não são fáceis, têm problemas também, mas são oportunidades para entrar na luta.

Silvio Caccia Bava: Eu gostei muito dessa forma de como a Kathryn nos deixou na sua fala, porque ela está sinalizando que os termos têm que ser lidos e escritos numa perspectiva estratégica. Quer dizer, parceria solta é apropriada por quem quer que seja. Acho que a primeira questão que vale a pena tocar é que, na verdade, parceria, acho que é mais um dos elementos de uma agenda de discussões que vai se constituindo nos anos 90. Por exemplo, a gente estudava movimentos sociais com mais intensidade antes, e passamos a estudar "good governance"; a gente falava em projetos de desenvolvimento, falamos hoje em alívio à pobreza; falava em políticas macro, falamos em "experiências inovadoras". O horizonte em torno do qual se organiza o debate é um horizonte que não prevê ou não desenha nenhuma utopia, nem um projeto de mudança social. O conceito de parceria é mistificador, é ilusório porque está propondo uma maior participação, e na verdade temos que

recuperar os sentidos estratégicos que esse conceito deve ter, inscritos em vários olhares, não estou dizendo que haja só o discurso oficial não. Se fosse por um desejo, eu queria abolir a palavra parceria, porque ela não diz nada, não tem conteúdo, ao menos que se diga que parceria é algo que vai ser feito entre iguais, com um estatuto de igualdade, e isto não é aquilo que se desenha como proposta. Queria levantar então duas leituras, assinalando que é possível fazer mais leituras sobre isso. A primeira leitura é assim: o Estado é esse que está aí e para, vamos dizer assim, enfrentar os desafios sociais, é preciso contar com a mobilização da sociedade civil; lida com algo homogêneo, lida com algo que pode mobilizar esforços, recursos, energias, para enfrentar a questão social. Desse ponto de vista, tanto as ONGs quanto latu sensu o terceiro setor... Aí tem um outro problema, de repente a sociedade civil, que eu entendia muito mais no sentido gramsciano, virou uma coisa de terceiro setor, quase que a mesma coisa, essa é outra mudança da agenda do debate... Mas eu veria nessa leitura, em que o Estado não se auto-reforma, a sociedade civil ou os órgãos da sociedade civil como as ONGs, são braços executores das políticas do Estado, complementares, virtuosos. As ONGs são baratas, eficientes, chegam na raiz da sociedade, onde o Estado não chega, não são corruptas, enfim, são uma complementação ideal para um Estado que é julgado como um Estado inoperante, burocrático, incapaz de atender a sensibilidade das demandas específicas de cada região, etc. Uma outra visão possível não coloca a questão da parceria sem fazer a necessária relação Estado – sociedade civil. Ou seja, o Boaventura de Souza Santos diz assim: é evidente que a forma do Estado burocrática não pode continuar existindo dessa maneira; é evidente que nós precisamos incorporar processos, mecanismos participativos da sociedade civil; isso implica num redesenho das relações Estado – sociedade civil, implica na reforma do Estado, implica num processo democratizante do governo, que inclua os atores da sociedade civil como atores, com sua independência, autonomia, sua capacidade de fazer juízos, e substancialmente de exercer o controle público sobre a ação do Estado. Boaventura complementa: claro, se nós tivermos a possibilidade de pensar esse redesenho, e instituir o que é o interesse público, num novo pacto social e, posso dar em termos bem concretos um exemplo que é um campo possível hoje nos marcos brasileiros, construir novos direitos, no sentido por

exemplo da campanha contra o trabalho infantil. A campanha contra o trabalho infantil pode ser lida como a afirmação de um novo interesse público, onde empresas, ONGs, ações de governo, convergem num esforço às vezes mais efetivo, outras vezes mais figurativo, para enfrentar o problema. Acho inclusive que essa campanha vem no rastro da construção do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma legislação das mais avançadas do mundo, dos movimentos sociais particularmente urbanos, que colocavam a questão da educação infantil, da creche, de atender as necessidade de desenvolvimento humano integral das crianças. Daí você tem, num segundo momento, a construção desses mecanismos de controle social sobre a ação do Estado, que são os conselhos de gestão, de defesa dos direitos da criança, os conselhos tutelares. Quer dizer, na medida que a sociedade vai exercendo um papel de controle social, de efetiva participação na decisão da implementação de políticas, mesmo que isso tenha ainda toda a precariedade que tem, você está estabelecendo um outro termo de parceria, você está estabelecendo novas relações organizadas em torno de um projeto estratégico da democratização da sociedade e do Estado. E está reconhecendo que direitos civis e direitos políticos vêm antes dos direitos sociais, não o contrário; você precisa instituir mecanismos onde a sociedade atue efetivamente na formulação de políticas, para que os benefícios possam ser usufruídos e controlados. De novo a nossa agenda se inverte, na idéia de que a questão social é hoje muito mais importante do que a questão dos direitos e da afirmação do exercício da cidadania enquanto criação de direitos. A movimentação dessa agenda não é ingênua; eu também não estou querendo demonizar processos, mas acho que o nosso trabalho de montar e desmontar essas reflexões é justamente tentar resgatar suas implicações teóricas e políticas, no sentido estratégico que tem: a construção da agenda e o exercício dela. Então, por exemplo, é possível pensar uma parceria entre o Banco de Boston e uma ONG? É possível, mas a assimetria de poder é muito forte, não tem um espaço público regulando isso. Eu vejo muito mais redes, fóruns da sociedade civil, como espaços dessas parcerias no sentido da construção de direitos. Acho muito mais que as parcerias, quando são bilaterais e assimétricas, remetem para o campo da filantropia, de assistencialismo, que também tem os seus méritos, mas que não mexe com IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] de lugar nenhum, não

mexe com políticas públicas, não mexe com um papel que me parece essencial de resgatar que é o papel regulador do Estado.

Catia Silva: Vou retomar uma pergunta que eu havia colocado sobre o tema anterior, explicitando um pouco mais: essas palavras novas que surgem, com um significado um pouco ambíguo, nebuloso, como parceria por exemplo, nos fazem pensar; dentro do campo das ONGs, dentro da própria universidade que está olhando para esses movimentos, essas experiências. Muitas vezes vemos que a novidade da parceria, desse tipo de relação, das experiências inovadoras como Sílvio falou, elas acabam chamando a atenção inclusive de estudiosos e eu acho que tanto no campo das pessoas que estudam isso, estão refletindo sobre isso, como no campo das ONGs, acaba não havendo uma reflexão sobre qual o impacto e as implicações dessas parcerias num determinado campo de movimento, por exemplo, de mulheres, crianças, ambiental. Enfim, como que isso está ou não está conectado a políticas públicas, ou a campanhas, que vão promover direitos, como o do trabalho infantil? Esse tipo de análise, de avaliação, eu não tenho visto em nenhum lugar. Realmente eu acho que hoje se chama muito a atenção para as experiências inovadoras, um novo tipo de relação, sem que saibamos quais são os impactos disso em termos sociais, de políticas, por mais que sejam interessantes, benéficas a uma determinada comunidade. Então é nisso que eu fico pensando, se tanto dentro do campo das ONGs, dos movimentos da sociedade se pensa nisso, como no campo de cá, dos estudiosos que estão olhando isso e que estão focalizando isso nos estudos.

Ana Claudia: Sobre a origem do termo parceria, quando eu fiz a pesquisa do mestrado com ONGs ligadas à ABONG, eu perguntei um pouco sobre os parceiros de cada entrevistado, perguntei "qual é seu parceiro, quem vocês consideram parceiros?" E a reação era de abominar a palavra parceria, e eu queria saber por que. Na verdade, no discurso comum, nos jornais, escutamos muito parceria, e por que uma reação como a do Silvio, e da maior parte das ONGs ligadas à ABONG? Aí fiquei tentando entender, perguntava de onde vem, quem começou a falar primeiro, e muitas pessoas me disseram que ela tinha sido importada de uma relação com a cooperação internacional, que a cooperação internacional tinha sido a primeira a usar o termo parceria, e a

reação maior de evitar a palavra era justamente porque a cooperação usava e a cooperação usava querendo dizer "nós somos iguais", como Silvio ressaltou, e as organizações não se sentiam nada iguais à cooperação. Então, não sei se é a única origem, mas uma que poderíamos explorar é essa, de ligação com a cooperação internacional, e acho que consequentemente com o Banco Mundial, com outras organizações internacionais que devem ter usado, e a reação a evitar o termo vem por aí. Algumas organizações usam o termo sem problemas, mas usam para falar com quem elas consideram realmente iguais, que seriam outras ONGs, ou, em alguns momentos, movimentos sociais. E aí quem recusa o termo parceria são os movimentos, alguns não reconhecem uma relação de igualdade com as ONGs. Acho que teríamos que ir desenrolando esse nó para entender. Mas a grande questão colocada quando se fala do termo parceria, é que ela pressupõe, e por isso as resistências, a igualdade, e aí tenho uma pergunta, que tentei um pouco responder nesse texto que circulou, que era pensar se existe, no caso da relação Estado – sociedade, Estado – ONGs possibilidade de igualdade, se está construída no cenário que temos hoje no Brasil uma possibilidade de igualdade. Aí classifiquei as experiências, mas basicamente em tipos de encontros, não usei parcerias para não causar melindres, também por que eu acho que dava uma maior abrangência e era o termo que o projeto da Fundação Ford estava usando,[9] caracterizando uma coisa mais fluida, não necessariamente com igualdade, que não é o caso mesmo muitas vezes. Por isso caracterizei o "encontro pressão", o "encontro contrato de mercado", para ressaltar relações muito mais mercantis mesmo das ONGs com o Estado, e aí, Sonia, pensando assim, suas reivindicações de subcontratação, assessoria, poderiam estar contempladas nesse tipo, acho que não é impossível caber com um esforço maior. Um terceiro tipo, que chamei de "encontros participativos", que aí a Sonia me chamou atenção no seminário do Rio,[10] que parece assim "você está falando do quase invisível, quase que não existe, mais potencial que real", e eu concordo, nesse cenário está muito mais

[9] Projeto "Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil", coordenado por Evelina Dagnino, que é parte do projeto internacional "Civil Society and Governance", promovido pela Fundação Ford em 22 países.

[10] II Reunião Nacional do Projeto" Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil", Rio de Janeiro, abril de 2000.

em potencialidade, mas eu acho que têm acontecido, sim, na sociedade brasileira, encontros mais iguais entre Estado e sociedade, em princípio, cheios de problemas, contradições, dificuldades, mas eu acho que sim. Acho muito importante pensar nessas relações mais igualitárias pela tradição de autoritarismo estatal que temos, de uma relação com o Estado que ou foi profundamente tutelar ou foi de exclusão, como muitas vezes ainda tem sido. Então, localizar possibilidades de relação mais iguais entre Estado e sociedade é fundamental, precisamos nos debruçar sobre elas, e eu não acho que elas sejam ficções. Até queria te perguntar uma coisa, Sonia, não sei se esse é o espaço, mas você começou sua fala dizendo assim "o movimento feminista fez a política do possível", que era ocupar espaços que o Estado dá, e eu não sei se esse é um tom seu, ou um tom do movimento feminista, como se tivesse um certo desprezo para com essa relação com o Estado. Eu acho que pensando em termos de Brasil, de construção democrática, essa relação é muito importante, fundamental para os movimentos sociais. Estou te provocando, não sei se era por aí que você queria falar mas isso dá uma boa discussão, até para encaixar no próximo bloco de perguntas.

Debate

Luciana Tatagiba: Uma coisa que me incomoda, que eu ainda não consegui articular muito bem, é que o termo parceria não seria adequado dentre vários motivos porque não existe uma igualdade efetiva entre os parceiros. Eu fico imaginando que talvez não seja a melhor maneira de tratar, justamente porque o termo parceria não é suficientemente interessante para esses encontros na medida em que nele as pessoas, os atores, não podem explicitar sua diferença. O problema não é que eles não são iguais, mas é porque não há esses espaços de possibilidade de explicitação da diferença. Aí vai justamente na questão: quais as diferentes formas ou tipos de parcerias entre o Estado e a sociedade civil e quais contribuiriam para a construção democrática: fico imaginando que são justamente aquelas que de alguma maneira incorporam pressupostos da própria conformação do espaço público, que é a idéia de que os atores sejam plurais. Quer dizer, não pode ter uma ONG que pensa igualzinho ao Estado e

por isso ela é chamada, tem que ser uma coisa mais representativa, que esteja presente de alguma forma o princípio da pluralidade dos atores e aí a pluralidade que leve à questão da negociação, com recursos mais ou menos eqüitativos, e com o princípio da publicidade, imaginando que esses poderiam ser critérios para se perguntar quais parcerias realmente contribuiriam para a construção democrática. Então teria que haver o elemento da pluralidade, da possibilidade mais ou menos eqüitativa de negociação e que isso se desse somente no espaço público, com publicidade.

Carla Silva: A minha dissertação de mestrado foi sobre uma experiência de parceria, e naquele momento em que eu estava escrevendo, entrevistando as pessoas, elas diziam parceria "de boca cheia". Então, também a interpretação do termo é diferenciada, ela surgiu num momento importante, quando os movimentos estavam conseguindo conquistar espaços no interior do Estado e esse termo veio ao encontro. Mas o que me deixa um pouco angustiada pensando na pergunta da Catia, que tem a ver com a de quais parcerias contribuem para a construção democrática, para expansão da cidadania e justiça social, eu fico pensando que hoje em dia é difícil avaliar os impactos dessas parcerias porque o problema não está só no plano do discurso, ou de estarmos procurando quais são as origens. O problema é que hoje, na prática concreta, as coisas parece que mesclam, os impactos, eles uma hora estão mais voltados para justiça social, outra hora mais voltados para constituir políticas pontuais. Eu acho que o trabalho da Ana Claudia fez esse esforço de tentar separar formas de encontros possíveis, mas, na verdade, quando vamos olhar isso, as coisas aparecem muito juntas, você está fazendo uma coisa legal, que avança na cidadania mas você também... É difícil garantir na prática o que se está falando. Está difícil teoricamente pensar nesses termos e na prática, não só no discurso, está complicado, é um "melê" muito grande. Eu fico muito angustiada com isso, a gente estuda, queremos caracterizar, pensar a construção democrática no país e fica muito complicado porque você às vezes fica sem parâmetro, sem critério para saber até onde você está avançando mais, ou até onde está fazendo o jogo do neoliberalismo.

Pedro Pontual: Eu estudei o mesmo movimento que a Carla, eles se apropriaram disso "de boca cheia", etc, buscando inserção na cena pública. Mas tenho um pouco de dúvida sobre o nosso caminho... Eu acho que parceria, participação, cidadania, são todos conceitos que estão em disputa, então eu não sei se o melhor caminho é irmos abolindo. Nós temos é que qualificar, nesse sentido é importante essa pergunta, como parceria ajuda na construção democrática, e tal. Aí eu acho que a questão da relação entre iguais, também me incomoda um pouco quando se parte da pressuposição, da necessidade de igualdade, mas não há nenhuma! É uma sociedade profundamente desigual, na história, quanto mais o público é exposto isso me parece real. Então, temos que pensar numa visão relacional, quer dizer, que processo de construção de parceria pode ser uma relação entre iguais, não uma pressuposição. Eu destacaria pelo menos três aspectos que me parecem fundamentais para essa possibilidade: 1) a preservação da autonomia dos atores; 2) a definição clara das responsabilidades no sentido da co-responsabilidade, quer dizer, não há possibilidade de relações iguais quanto um dos atores envolvidos na parceria se desresponsabiliza; 3) a decisão compartilhada sobre as ações, não existe possibilidade de simetria enquanto a esfera de decisão está na mão de um único ator. Esses aspectos têm que estar balizados na idéia de interesse público, ou seja, do ponto de vista da construção democrática essa é a baliza fundamental. Isso vale desde uma experiência micro (como a que fazemos em Santo André, um mutirão para construir uma praça, qual é a baliza das parcerias que se estabelecem? Aquela praça é um espaço público que vai ser usado por todos...), até as grandes parcerias, em grandes projetos.

Maria do Carmo Carvalho: Eu vou nesse caminho do Pedro, eu não acredito em relações iguais como pressuposto, acho que as parcerias são mais assumidas quando são mais iguais, e quanto mais preservam a autonomia, elas são mais aceitas. Achei muito interessante quando você, Kathryn, resgata a história do surgimento da idéia nas conferências da ONU. Tem duas coisas interessantes aí. Primeiro que, no Habitat, parceria aparece porque parceria é uma palavra usual nos movimentos por habitação, particularmente no Brasil, porque aqui habitação nunca foi entendida como dever do Estado, sempre foi entendida como algo feito pelo mercado, e os movimentos populares sempre fizeram

parceria para construção de casas, os mutirões habitacionais. Parceria no movimento de habitação é muito velha. Eu queria resgatar o Pedro e a Carla, que estudaram o MOVA, e aquilo que você falou, de que parceria também é uma reivindicação nossa, do nosso campo democrático-popular, nós queremos fazer parceria porque achamos que fazemos melhor que o Estado. O MOVA não queria que a Prefeitura de São Paulo fizesse alfabetização de adultos, o MOVA queria legitimar a alfabetização feita em parceria pela sociedade civil. Então, nós criamos essa encrenca, ela não veio imposta, nós exigimos parcerias e participação, cidadania ampliada, etc. Essa disputa de significado não é de fora, a gente não tem que fugir da raia, temos que qualificar essa discussão. Nós não estamos nas parcerias porque fomos obrigados, nós estamos porque sempre quisemos fazer parcerias. Queremos fazer um certo tipo de parceria.

Evelina Dagnino: Gostaria de colocar um ponto, concordando com a maioria das coisas que foram ditas aqui, um pouco assinalando uma coisa que está presente já na nossa discussão, que é o que tenho chamado essa "confluência perversa". A idéia de que o projeto participatório, explícito certamente no orçamento participativo, enfim, a idéia de que a participação da sociedade civil é um passo fundamental na democratização, conflui com outro processo, que vem de um outro lugar, que é exatamente a idéia de que o Estado precisa da sociedade civil. A perversidade dessa confluência, que é clara, cronológica, está no fato de que ambos esses projetos requerem a mesma coisa: um sociedade civil ativa, participativa, e eu diria, com ressalvas, propositiva. Com ressalvas porque evidentemente essa capacidade de proposição num desses projetos é restrita e limitada. Então, não acho que a gente tenha que reduzir o significado da participação, ou acomodar a idéia de parceria àquilo que nós chamamos de participação. Acho que temos que reconhecer, desde logo, essa heterogeneidade de projetos, reconhecer que há uma disputa de significados aí porque há uma disputa entre projetos políticos, que significam coisas radicalmente diferentes. Acho, Luciana, que é uma extrapolação talvez exagerada da idéia de espaço público a idéia de parceria. Parceria não é um espaço público, é bom distinguir. Só quero me referir muito rapidamente às exigências, digamos assim, de rigor conceitual que apareceram antes, ou seja, como podemos repensar a sociedade civil. Estou falando nisso agora para

retomar a idéia de projeto político. Tem uma coisa aí muito evidente, inclusive na nossa fala, que é o seguinte: estamos hoje pensando a sociedade civil a propósito de, desde a perspectiva, do Estado. Não sei se vocês notaram isso, a sociedade civil que está aparecendo está sendo derrotada pelo Estado. Acho que não é a história toda da sociedade civil, porque certamente não é a visão de sociedade civil, não é a única visão de sociedade civil, que está contemplada nesse outro projeto participatório, onde há um espaço para pensar a sociedade civil em seu próprio nome. Sem nem falar de que isso também está trazendo a reboque uma idéia de que a política se faz só no Estado, de que a sociedade civil faz política na medida em que ela é escoltada pelo Estado. Acho que é uma idéia aí com a qual eu não concordo. Então, só para anunciar uma discussão mais complexa, queria chamar atenção para o fato de que assim como nós não podemos pensar a sociedade civil como um todo homogêneo, temos que insistir na sua heterogeneidade, inclusive na sua heterogeneidade enquanto projetos muito diferenciados, é preciso também recusar a idéia de que o Estado pode ser pensado como um todo monolítico. Os exemplos de orçamento participativo, experiências de base como o MOVA, etc, deixam claro que há um nível de Estado, um momento, uma configuração particular do Estado em algum lugar, onde é um outro projeto político que não a desresponsabilização que está em jogo. Então, simplesmente contar se está fazendo parceria com o Estado, não é suficiente, é preciso algum tipo de recorte que consiga atravessar esses espaços públicos.

Luciana Tatagiba: Em algum momento eu gostaria que o Silvio recolocasse a idéia da questão das políticas públicas, do interesse público, do projeto estratégico. Você mencionou essa coisas na sua fala, buscando interligá-las de alguma maneira, e eu queria tentar compreender melhor.

Sonia Alvarez: Eu acho que um dos problemas que eu tenho com a noção de parceria é exatamente a falta de definição para essa relação com o interesse público. Se fazem parcerias amplas contra o trabalho infantil, contra a pobreza, mas é muito mais difícil fazer parcerias amplas em torno de questões como exclusão social, racismo, sexismo, heterosexismo... Uma das coisas à qual sempre se alude nas discussões sobre sociedade civil e especialmente sobre o

terceiro setor é a idéia de "com fins públicos". Mas eu queria colocar outra coisa que me chamou atenção do que Ana Claudia falou sobre a origem do termo na cooperação internacional. A cooperação internacional é uma coisa muito heterogênea em si, tem alguns setores que usam o termo parceria, que são os mais basistas, católicos, religiosos. A Ford, por exemplo, não fala em parceria, como instituição, e eu certamente nunca falei quando fui assessora de programas lá, justamente porque eu concordo com a Luciana que uma das coisas fundamentais é a explicitação das diferenças. Acho que os pressupostos de igualdade me preocupam também, mas me preocupam justamente pela falta de explicitação de diferenças reais de poder, que às vezes acontece também, eu diria, nas administrações democráticas e populares.

Lígia Luchmann: Uma questão que sempre me incomoda é essa questão da autonomia, estar sempre sublinhando a importância da autonomia da sociedade civil. Isso é importante na hora de sentar com o Estado e tentar construir políticas públicas. Nesse sentido fico me perguntando como podemos pensar o termo parceria, se é possível manter ao mesmo tempo o conceito de parceria com autonomia, se essas coisas não são contraditórias, digamos assim. Podemos questionar se a participação da sociedade civil no Orçamento Participativo é autônoma. Percebe-se que existe uma participação muito forte do poder público, do Estado, foi construída uma série de critérios, mecanismos que limitam a participação autônoma da sociedade civil.

Silvio Caccia Bava: Eu comecei minha fala dizendo que eu queria que o termo parceria desaparecesse, e vários comentários disseram "não, vamos mantê-lo e qualificá-lo". Eu queria expressar uma idéia no sentido de que, às vezes, a ambigüidade do termo também não é ingênua. Por exemplo, hoje em dia caiu num certo senso comum, tem gente que fala assim "nós somos parceiros", e esses dois estão vivendo uma relação amorosa. Outros falam "nós também somos parceiros", e é uma sociedade entre duas empresas. Daí, o Estado fala "nós somos parceiros do fulano de tal", na verdade é um contrato de prestação de serviços, ou a terceirização, mas pode ser um projeto em conjunto. Quer dizer, a idéia que eu estava me opondo é acolher esta ambigüidade como um dado positivo, acho que isso é problemático. Que nós precisamos de novas

experimentações nas relações público-privado, eu não tenho nenhuma dúvida; que nós temos que explorar as possibilidades de potenciar iniciativas que venham a se orientar para a construção da cidadania, defesa de direitos, também não tenho nenhuma dúvida. Então, os MOVAs da vida são ótimos, devem ser estimulados; o OP é uma outra iniciativa inovadora, importante; acho que agora estamos chegando num ponto em que essas experiências estão acumulando para podermos pensar em coisas mais efetivas de relação público-privado, o que no fundo é a idéia de controle social sobre a ação do Estado, de múltiplas formas. Agora, quando vem o Banco Mundial e diz assim, "nós estamos estabelecendo uma parceria com ONGs da Amazônia", a normatividade toda do programa está definida a partir do Banco, ele não é compartilhado. No entanto, o Banco se mostra democrático. Eu vi uma apresentação de uma divisão do Banco Mundial que faz relações com a sociedade civil, onde eles mostraram um gráfico de evolução do quanto o Banco estava se tornando democrático e estava trabalhando com as ONGs. Eles contrataram pessoas físicas, de ONGs, no caráter de consultores, para fazer papers, coisas específicas, eu fui um deles, e o que aconteceu? Na estatística, aparece "relação com as ONGs". É essa ambigüidade que eu acho que devemos combater, no sentido de falar "um casamento é um casamento", "uma sociedade é uma sociedade", "uma terceirização é uma terceirização", porque isso permite reconhecer a autoridade, a diferença e a regulação. Se não existir regulação, não tem controle, mecanismos de regulação. Por último eu queria ir um pouco na direção da Luciana, eu acho que a história da construção do interesse público está associada à construção da interlocução no espaço público, quer dizer, não é no mundo privado que você estabelece o que é interesse público. Na verdade é um acordo, houve o interesse público 50 anos atrás no Brasil de que as mulheres passassem a votar, isso teve um debate, entrou na mídia, sensibilizou, vamos dizer assim, os atores importantes que se articularam, entrou no parlamento, enfim, entrou na agenda pública. Então, eu acho que quando se falar em parceria no campo que estamos falando, seria interessante fazer um esforço de relação de como isso se dá no espaço público, como que isso constrói o espaço público, como isso qualifica os interlocutores nessa negociação.

Pergunta 3

(3) Grande parte das críticas à atuação das ONGs se relaciona com o "uso" que delas faz o Estado para fortalecer políticas públicas de caráter fragmentado, setorializado, pontual ou compensatório, ao invés de formular e implementar políticas universais que se dirijam à população como um todo, etc.

3a) Como entendemos essas críticas e o seu suposto: de que há pelo menos dois modelos de fazer política pública e que são contraditórios?

3b) Mesmo para as ONGs que concordam com essas críticas, o drama é, em nome disso, recusar a chance (e não aproveitar a brecha que o Estado abre) de "fazer alguma coisa" mesmo que seja pouco e para pouca gente, (com a gravidade que a exclusão e a miséria têm assumido hoje) para "não fortalecer esse modelo de fazer política". Como reagimos a esse drama? Há alternativas?

3c) Embora possa talvez parecer uma questão excessivamente grande para este debate, nos parece que está subjacente aí a questão das nossas expectativas sobre a transformação da sociedade, sobre seus sujeitos e seus processos. É isso que está implícito quando ouvimos, por exemplo, "as ONGs tem mais é que voltar às bases e organizá-las como sujeitos políticos e largar mão do estado". Ou: "a participação nos conselhos gestores tem sido um desastre e só faz legitimar as decisões do estado", etc, etc. Seria demasiado pedir que explicitássemos minimamente nossas expectativas/crenças/modelos/projetos ao refletir e avaliar todo esse conjunto de questões?

Kathryn Hochstetler: A minha resposta tem a ver com a pergunta sobre quais são nossas expectativas sobre a transformação da sociedade, etc, e na verdade eu sou reformista, eu não acredito na revolução, e acho que vocês vão ver, se não têm visto já, que isso é verdade. [alguém pergunta: o que é a revolução e o que é a reforma, Kathryn?] É uma boa pergunta... Mas quando eu penso se determinada pessoa deve comer ou deve esperar, e eu sei que isso é um jeito ruim de fazer a coisa, mas eu sempre acho que a pessoa deve comer

hoje, acho que não tem jeito de nenhuma pessoa esperar mais um dia para comer. Nesse sentido, saindo daqui, acho que vem minha perspectiva dos movimentos sociais, da sociedade civil, de tudo. Entra agora falando de coisas como parceria, como relação com o Estado... olha, se o dinheiro está lá, pegue. Eu não tenho nenhuma pergunta sobre essa questão. Mas não é só isso, não é só pegar dinheiro, porque se fosse eu não estaria aqui hoje. A pergunta se as ONGs devem relacionar-se com o uso que delas faz o Estado nas ações pontuais, setoriais, eu acho que não devemos esperar até que o Estado tenha a perspectiva maior. Acho que é dever das ONGs, dos movimentos sociais, do terceiro setor, ter sua própria identidade, suas próprias idéias, ponto de vista, projeto político, e se tiver dinheiro do Estado, do Banco Mundial, da Rockefeller, que avança esse projeto, que tem alguma coisa a ver com esse projeto, pegue. E não é verdade, eu não vejo o que tão ruim com essa coisa de parceria se você não pensar que é uma coisa de iguais, porque não é. Mas, se cabe no seu projeto, pegue. A pior coisa que pode acontecer se você pegar dinheiro do Banco Mundial e criticar, fazer coisas divergentes, é que o Banco não te dará mais dinheiro. Não tem problema, se você tem essa idéia mais global do seu trabalho, se você pega um dinheiro que tem a ver com a sua idéia. Eu não vou esperar até que o governo do Brasil, Estados Unidos, Banco Mundial, tenham o meu projeto, não vão ter, na minha vida. Por isso digo que sou reformista.

Nathalie Lebon: Bom, eu de um certo modo concordo com Kathryn. Para responder a primeira dessas subperguntas, acho que para ONGs que querem fazer alguma coisa, devem pegar o dinheiro, ter bem claro o projeto político. Mas talvez uma das coisas que se pode fazer, de novo pensando bem no miúdo, nas relações, mesmo num projeto que seja muito compensatório, muito assistencialista, sempre há um jeito de fazer as coisas que já muda um pouco a cabeça das pessoas, sempre se pode juntar um componente de empoderamento, enfim, as pessoas passarem a ter mais confiança em si, senso da importância de sua cidadania, etc. Acho que se pode fazer coisas mesmo se for o Estado... Fica claro que o problema é não esquecer seu projeto político enquanto você está no dia a dia. Outra questão que perguntava se as ONGs devem voltar às bases e deixar de se relacionar com o Estado, eu acho que tem

que fazer os dois. Especialmente quando as ONGs estão numa crise financeira, há constrangimentos que dificultam esse fazer as duas coisas, mas se as ONGs conseguem ficar em contato, formar lideranças nos movimentos populares, assegurar sua participação nas mesas de discussão, faz-se a ponte entre os dois. Isso também nos dá uma solução para o problema do controle social das ONGs.

Sonia Alvarez: A minha crítica às ONGs não vem por essa dicotomia. De fato, como a pergunta sugere, acho que uma das críticas mais comuns às ONGs é que elas estão assumindo o papel do Estado, estão sendo utilizadas, etc. Mas minha crítica tem a ver com o papel político das ONGs, tem a ver, digamos, com como distribuir comida. Óbvio que quem tem fome não tem tempo, óbvio que essa dicotomia reforma-revolução chega ao absurdo em determinados momentos e que evidentemente, dado o grau de exclusão horroroso a que estamos chegando no mundo, não dá para esperar, concordo inteiramente. A minha crítica tem a ver com, novamente, a questão de publicizar, de controle social, como disse Nathalie, de qual deveria ser a função das organizações da sociedade civil, as que nós queremos, "do lado bom", enfim reconhecendo que a sociedade civil é heterogênea e que tem organizações que são essencialmente corporações transnacionais, o Vaticano tem muitas ONGs, etc. A minha questão é que a função da sociedade civil não deve ser só, e isso revertendo à questão que a Evelina colocou, a sua relação com o Estado, que sua atuação não pode nem deve se esgotar na questão das políticas públicas, ou na questão da política concebida como uma coisa que só se faz no âmbito do Estado, do legislativo, da burocracia. Uma função da sociedade civil igualmente importante e crescentemente relegada a um segundo plano é a questão da intervenção no político, no cultural, no simbólico, no espaço público, no debate público, na opinião pública, e isso não significa voltar às bases, não significa necessariamente que eu ache alguma coisa ruim de ir participar no espaço da ONU, num diálogo com o Banco Mundial, e diga "não, vocês deveriam estar lá todo sábado, domingo organizando o povão", o que era a concepção que as ONGs tinham de si mesmas em todos os campos movimentistas nos anos 70. Quando você chama atenção para o fato de que eles estão excessivamente focalizados na questão

das políticas públicas, seja em relação ao governo federal, seja em relação a governos democrático-populares, eles dizem "mas você quer que eu volte a trabalhar todo domingo na periferia de não sei onde?". Eu acho que se confundem essas duas coisas, não estou dizendo que não seja também bom, de repente, voltar a trabalhar nos bairros, nas periferias, no campo, etc, de uma forma mais consistente, e não só executar projetos, mas levar processos políticos a esses espaços. Mas estou dizendo que isso também não é suficiente, que realmente a sociedade civil e as ONGs em particular têm sido colocadas como interlocutoras públicas, que aparecem no debate público e que teriam que ocupar esse debate de uma forma mais ampla do que muitas vezes, quando se fica só nessa discussão de se deveria prover serviços ou não. Concordo inteiramente com o que o Silvio e Kathryn falaram, de que se você achar um jeito em que distribuir comida encaixe no teu projeto político maior, então tudo bem, seria um absurdo dizer "não aceite o dinheiro porque compromete a revolução". Como você opera fora do capitalismo? Quer dizer, como você opera fora do patriarcado, fora das relações raciais desiguais, fora da cultura? Não podemos, todos estamos aqui graças ao capitalismo, o criticando mas estamos aqui, porque há mais valia... o dinheiro por si só não suja, o problema é como você usa.

Silvio Caccia Bava: Eu quero me declarar reformista, quero dizer que tomo dinheiro do BID, do Banco Mundial, nos pequenos trabalhos que a gente faz, mas que pretendo estar na turma do bem. Vou contar para vocês uma história que ouvi de um colombiano, o Pedro Santana, que é coordenador de uma ONG chamada Viva la Ciudadania. Numa mesa latinoamericana ele fala: "vou tomar a liberdade, apesar de termos um colega brasileiro aqui, de usar um exemplo do Rio de Janeiro. Tenho uma estimativa de que as ONGs do Rio, no trabalho que fazem, devem gastar algo que não passa de 10 milhões de reais por ano. O orçamento de políticas sociais no Rio está em volta de 480 milhões de reais. Há estudos que mostram o quanto os recursos públicos não chegam ao seu beneficiário final, o quanto eles são regressivos na sua distribuição, o quanto são manipulados patrimonialisticamente e clientelisticamente pela corrupção direta, pela perda burocrática, etc. Estou convencido pelos dados que demonstram que por mais esforços que façamos os pobres aumentam, por

mais que desdobremos os trabalhos diretos das ONGs junto às comunidades carentes, não vamos dar conta." Ele também fez uma conta: "se nós economizarmos de 480 milhões 10%, é cinco vezes mais do que as ONGs estão operando diretamente nos programas assistenciais". Para mim esse é um bom argumento do por que pensar na questão da política pública como o centro, referência da organização dos trabalhos das ONGs. Acho que a campanha contra a fome foi uma demonstração para mim de que é possível combinar a atenção imediata às necessidades das pessoas mais pobres e construir no cenário político uma agenda, um tema, propostas institucionais, propostas de políticas federais, criação do conselho de segurança alimentar, enfim, que tivesse essa dupla entrada, uma na atenção imediata aos necessitados e uma entrada na questão de politizar o social, que eu acho que talvez seja a tarefa mais importante que as ONGs tenham hoje em dia. Por que isso? Porque não estamos mais na década de setenta, em que era fundamental reconstruir o tecido organizativo da representação de base da sociedade brasileira. Nessa época as ONGs trabalharam muito nisso, hoje em dia temos uma riqueza de organizações na sociedade civil brasileira que poucos países podem apresentar. Não só novas formas organizativas, mas mesmo aquelas que se geraram no período do populismo. Por exemplo, Fortaleza tem 3600 sociedades amigos de bairro, quer dizer, é incrível esse número, e não é a única coisa que tem lá. Agora, qual é a mediação do horizonte da pobreza, da necessidade imediata, do contingente, do cotidiano, com a questão da esfera pública e da política? Acho que aí está a questão central, de como você pode trazer o cidadão para participar da gestão pública, construindo a mediação entre as organizações de base da sociedade civil e o espaço da política, o espaço da proposição, do debate das alternativas. Me parece que é como se nós tivéssemos períodos históricos que convivem no mesmo momento, continua sendo importante fortalecer as organizações de base da sociedade civil mas tornou-se essencial fazer a construção das redes, dos fóruns, da articulação entre os diferentes no campo da sociedade civil em torno do que possa ser o interesse público. Acho que as ONGs têm um papel central nisso. Só para fazer uma referência que acho que entra numa outra questão, é impressionante como o discurso do terceiro setor só apresenta o trabalho das ONGs como resultado. Não há um exemplo que não seja nesse sentido. Você

pega os prêmios, o prêmio Itaú-Unicef de educação, naquela lista dos premiados estão as associadas da Abong, as ONGs, quer dizer, nenhuma fundação empresarial ganhou um prêmio. Quem organizou as cúpulas mundiais da tentativa do sistema das Nações Unidas criar uma nova agenda social? As ONGs, as redes, etc. Claro, tiveram apoio financeiro para estarem presentes, tiveram apoio político, mas o que apareceu, em termos de visibilidade pública, como a voz da sociedade civil foram as ONGs. Então, para fechar, a sensação que eu tenho é que são muitas tarefas, muito possivelmente há uma enorme sobrevalorização do que podem fazer as ONGs, pela crise da representação dos partidos, sindicatos, das outras formas que eu suponho que estejam de alguma maneira sendo superadas como representação coletiva, mas que permitem a emergência de novos desenhos organizativos também. Veja a ATTAC, ONG criada pelos amigos do "Le Monde Diplomatique", o que fez na reunião de Seatlle, quer dizer a mobilização da sociedade, novas formas de manifestação. Mas eu acho que a questão central das ONGs não é fazer atenção direta à pobreza. A questão central é fazer a mediação entre a demanda social e a formulação de políticas públicas.

Ana Cláudia Texeira: Concordo com várias coisas que foram colocadas, mas tenho mais um tema do qual realmente não sei como sair: essa idéia que está na pergunta, sobre os dois modelos de fazer política pública, o que exatamente é política pública? Tenho muita dificuldade de entender, será que essas outras experiências que vêm sendo chamadas de pontuais, fragmentadas, são políticas públicas? Tenho grandes dúvidas. Por exemplo, usando um caso que estudei, de uma organização para fazer um projeto com adolescentes, negros, dentro de uma escola privada, profissionalizante, com um grupo seleto, com dinheiro do programa de apoio do Comunidade Solidária. Isso é política pública do governo, Comunidade Solidária, de combate à discriminação racial, ou de inclusão, ou de emprego? Dá para chamar isso de política pública ou precisamos também entrar no debate, no mérito dessa discussão sobre política pública. Isso é uma grande interrogação, para mim este é um dos termos mais difíceis de lidar. A segunda questão que queria colocar, que aqui se está falando, é sobre a "atuação das organizações em brechas", que o Estado estaria abrindo. Tenho duas questões. Uma primeira é pensar, quando se fala em

atuação em brechas, se é ficar somente nas brechas, porque se for, aí acho que não passa nem perto de uma idéia de que se está fazendo alguma coisa e ao mesmo tempo impulsionando seu projeto. Na verdade você está fazendo aquilo, e só fazendo aquilo, se enfiando cada vez mais, num projeto que significa ficar o tempo inteiro só escrevendo o projeto, fazendo relatório, o relatório sendo avaliado e recusado, tendo que refazer, fazendo outro projeto, outro relatório, e isso alguma pessoas dos programas ligados principalmente ao DST/AIDS, que também trabalhei, reclamavam muito, algumas organizações desistiram de manter relações com o Ministério da Saúde, porque era só isso que faziam, eles não conseguiam fazer mais nada, tinha descaracterizado totalmente o que estavam fazendo. Até o Pedro me chamou a atenção no seminário do Rio, que eu havia abordado pouco, sobre o impacto que esses projetos têm sobre as próprias organizações, algumas que têm uma história, que estão articuladas há muito tempo, que tem uma capacidade de resposta alta, conseguem fazer ao mesmo tempo isso e isso, e aquilo e aquilo, e aquele projeto fica lá contando como um projetinho para não deixar que as pessoas morram de fome, mas faz parte de um projeto mais amplo. Outras organizações, como eu acho que são os movimentos de ONG/AIDS no Brasil, que são recentes, que tiveram dificuldades, muitas foram formadas com dinheiro do Ministério da Saúde, vindo de financiamento do Banco Mundial, não têm a capacidade de se fortalecer com essas experiências, muito pelo contrário, elas estão se destruindo. Outra questão que eu queria abordar, é o tamanho mesmo que essa brecha pode ter, porque ela pode ser uma porta de entrada, você tem agentes estatais que querem fazer coisas diferentes, que discordam das direções mais gerais, mesmo dentro do governo FHC você tem gente muito bem intencionada, gente que veio do movimento social, que está lá dentro, que acredita que pode fazer alguma coisa, e que se associa com organizações não-governamentais e aproveitam bem dessas brechas. Então ela pode ser uma brecha pequena e de repente se alargar, ou o contrário, pode ser uma brecha grande e com a incapacidade de ocupar bem este espaço, vira nada.

DEBATE

Luciana Tatagiba: Tenho duas inquietações, uma em relação a quando Kathryn disse que não vê nada de mais em que uma ONG pegasse um dinheiro que estava lá, que tinha que pegar esse dinheiro e fazer mesmo sua idéia e seu projeto. Eu também não vejo nada de mal, mas o que me deixou um pouco incomodada é a idéia de "seu projeto", de "sua idéia", da ONG. Eu acho que o problema não está aí. Acho que o problema está na perspectiva de como se articulam as ONGs na perspectiva de que o projeto que ela esteja realizando não seja só o "seu projeto", mas seja articulado com um campo que tenha ele próprio um desenho de transformação, e aí, qual transformação, já vamos para a terceira questão. Senão, pode ser eficaz para aquele público você dar de comer, mas quando você pensa em termos de eficácia de políticas públicas talvez isso não seja muito eficaz. Então isso me deixou inquieta, porque acho que o grande desafio é mesmo como você articula o trabalho das ONGs, que me parece tem uma tendência mesmo ao trabalho fragmentado, "sua idéia", "seu projeto". Nessa última questão, sobre transformação, e aí não vou fazer minha confissão de fé, fico imaginando porque estamos recuperando isso agora, ser reformista, ou não, se isso não é para escapar de dizer qual é então nosso projeto de transformação, porque reformista tem um monte de gente que fala que é mas qual o conteúdo dessas reformas? Qual é o nosso projeto político, porque falar que temos que ter um projeto estratégico, que é a democratização do Estado e da sociedade... Mas isso não me parece muito bem delineado. O que está dentro disso, que tipo de iniciativa vai nesse sentido ou atrapalha. Ou seja, temos que pensar "somos reformistas" mas que tipo de transformação, ou "não somos reformistas", enfim, mas que transformação estamos pensando e como que determinadas práticas podem ir no sentido de prejudicar ou de fazer avançar essa transformação.

Pedro Pontual: Já que a rodada foi marcada pelas declarações de fé eu vou começar pela minha. Sou a favor das reformas e por isso continuo revolucionário... Mas entrando nessa discussão, acho que isso tem a ver com as discussões anteriores, ou seja, tem um lado meu que continua sendo "ongueiro", sou membro da ONG Ação Educativa, e fizemos esse debate e eu

pessoalmente não vejo problema nenhum em estabelecermos determinados projetos de ação, seja com o Estado, desde que a gente não perca a autonomia e a nossa visão estratégica. Vou dar um exemplo do nosso terreno sobre o qual muitas vezes eu sou muito questionado publicamente. O governo FHC tem uma política na área de educação de desconstitucionalização do direito da educação de jovens e adultos, e de diminuição de recursos, corte de programas, etc. Contraditoriamente, pediu à Ação Educativa que elaborasse um currículo para educação de jovens e adultos. Qual foi a avaliação que fizemos? Elaborar um currículo para educação de jovens e adultos dá um alcance à nossa proposta de educação de adultos desde que nós tenhamos total autonomia para fazer, que permite com que esse material, que de fato foi produzido, está publicado, inclusive pelo MEC, chegue a um conjunto de educadores no sentido de formar uma consciência a favor desta proposta. Segundo elemento: o fato de produzirmos este manual que foi publicado pelo MEC não nos desobrigou de continuar batendo na política educacional, ou seja, a todo momento questionando publicamente a política de educação, a restrição da política de educação de jovens e adultos, lutando pela implementação da Comissão Nacional de Educação de jovens e adultos, e organizando uma campanha nacional pelo direito de educação para todos. Então, um pouco na linha da fala do Silvio, acho que o importante, mesmo que façamos projetos específicos, é não perder de vista a idéia do direito mais universal, a idéia de política pública. Sobretudo não perder a autonomia como ator da sociedade civil, tanto na crítica quanto na organização mesmo da mobilização da sociedade civil, num sentido contrário daquele com quem se estabeleceu uma relação muito específica. Acho que é possível ter essa relação de disputa nesse terreno.

Evelina Dagnino: Me dou conta pelas respostas reformistas/revolucionários que aquilo que pretendia ser uma falta de explicitação proposital da pergunta acabou talvez não sendo tão bem sucedida assim, na medida em que ela provoca respostas também pouco explícitas. Na verdade, o que eu tinha como preocupação era a explicitação de expectativas, crenças, modelos e projetos dentro do âmbito das questões que estão colocadas aqui. Quais questões estão colocadas? Na verdade, ao lado dessas críticas às ONGs e dessas críticas a

"isto é política pública e isto não é política pública", por baixo dessas críticas tem certamente um modelo, um desenho do que cada um de nós acha que deveria ser o papel das ONGs, de um lado, e o que deveria ser política pública, de outro. Então, digamos que era um pouco mais restrito e delimitado do que simplesmente a reforma e a revolução, embora de qualquer maneira é interessante atualizar estes entendimentos. Queria um pouco retomar a questão da Ana Cláudia que diz "o que é política pública?" Quem estava no encontro do Rio sabe de onde vem essa questão, quer dizer, muito determinada por uma avaliação muito crítica e negativa que apareceu nos estudos de caso sobre vários encontros entre sociedade civil e Estado que fazem parte desse grande projeto da Fundação Ford em que vários de nós estamos empenhados. Quais são as críticas que aparecem? Os resultados desses encontros, dessas parcerias, e na maioria delas as ONGs estão metidas, o que se diz? Os resultados são políticas públicas fragmentadas, compensatórias, paliativos, setorializadas, pontuais, etc. O que eu sinto falta é exatamente explicitar um pouco a perspectiva de onde vêm essas críticas. Então, num primeiro momento, é óbvio que se essas políticas são criticadas por serem isso é porque há uma outra concepção de como deve ser a política pública. Essas críticas estão dizendo que essas políticas não têm um sentido universal, elas se limitam nos seus efeitos a grupos específicos na sociedade, limitados, elas se limitam a temáticas específicas, e embora nunca seja explicitado claramente, há implícito um modelo de política pública que me parece, (não tenho evidentemente certeza disso e é isso que eu queria que aflorasse um pouco) que diria o seguinte: política pública que mereça esse nome é algo, primeiro, que tem necessariamente um conteúdo universalizante, no sentido de estender, universalizar, os direitos. Segundo, e aí eu acho que é a questão mais central, ela é pensada, por oposição a políticas que são fragmentadas, como grandes direções que já nascem, de certa maneira, ou que se põem, de maneira clara, sistemática, que devem se aplicar ao país inteiro e recobrir a população como um todo. Se isso é verdade, me parece que essa idéia de política pública que está subjazendo a essas críticas, ela, de um lado, se confunde com a idéia do projeto político dominante, porque quem é capaz de fazer isso, de gerar uma política pública dessa maneira, é o poder dominante. Então , se isso é verdade, eu queria chamar atenção para o segundo passo, que, de um lado, você tem

uma possibilidade de construir essa direção clara sistemática de fora do aparato de Estado, e aí estaríamos falando de projetos de construção de hegemonia. Por conseqüência, partícipes desse processo não poderão ser jamais sujeitos isolados, atores isolados como as ONGs. Evidentemente esse projeto de construção hegemônica é um projeto que necessariamente tem que compreender um número muito mais amplo de sujeitos. Quero chamar atenção que este tipo de crítica às ONGs talvez esteja fora de registro. Mais uma coisa, se é verdade que a política pública é aquilo que decorre de uma direção clara, sistemática, eu diria até centralizada, da qual só é capaz o projeto político dominante instalado no poder do Estado, significa também dizer que a oposição, para usar um termo absolutamente genérico, não tem condições de fazer política pública. É isso? Ou não? E finalmente gostaria de chamar atenção que, se também é verdade que política pública é só isso, nós estamos eliminando a possibilidade de que, sim, políticas públicas possam se aproveitar de brechas, de correlações favoráveis, em determinados níveis do Estado, para implementar direções mais democráticas, etc, etc. Enfim, acho que tem alguma coisa fora do lugar na nossa avaliação do que é política pública e das críticas que fazemos em cima desta avaliação, que eu acho que é a maior parte das vezes apenas implícita.

Sonia Alvarez: Vou falar também sobre essa questão do que é políticas públicas, talvez para esclarecer uma coisa que eu disse anteriormente. Primeiro, acho que há uma diferença significativa conceitual e política entre projetos, programas e políticas. Quero dizer com isso que as políticas públicas, para mim, não precisam ser universais para serem políticas públicas. Acho completamente apropriado até políticas públicas dirigidas exclusivamente aos deficientes físicos, a determinados setores da população, regiões do país, localidades, etc. A minha questão, para ser uma política pública, é que seja pública. Quer dizer, o meu problema com projetos programas e parcerias, projetos desenvolvidos por setores "privados porém públicos", para usar a frase de Rubem Cesar Fernandes, sem monitoramento, sem fiscalização de algum público constituído, para mim são mais problemáticos. Então não é só o problema de ser fragmentado, pontual, que só atende as necessidades de vinte jovens negros da periferia de São Paulo que é o problema, mas o de quantas

pessoas estão observando, discutindo, debatendo, fora o público alvo, o que deveria ser feito para atender a necessidade dessas pessoas, ou qual seria o melhor caminho. Porque vira uma coisa muito privatizada mesmo a execução desses projetos. Programas igualmente desenvolvidos por entidades do Terceiro Setor ou ONGs, para mim essa é uma dimensão importante, distinguir entre projetos e políticas, algumas políticas podem ser parciais, pontuais, setorializadas, até paliativas, compensatórias num determinado momento que não têm permanência mas respondem a uma situação emergencial, isso é uma política pública. Então, é preciso ressaltar o lado não de política mas do público. Uma segunda questão, que me dá a oportunidade de retomar uma coisa que Ana Cláudia tinha colocado para mim numa das outras rodadas, que tem a ver com essa idéia de atuação nas brechas que o Estado está abrindo, e isso está completamente relacionado com o que eu queria dizer com a ocupação de espaços, que nem todos os espaços e brechas que eles abrem ou valem a pena ocupar ou são suficientemente grandes para conter a gente, quer dizer, acho que ficar num espaço, por exemplo, porque abriu, tem que ocupar, mas que esse espaço não te permita levar em frente, mesmo que minimamente ou parcialmente, um elemento do que você queria em termos de uma visão de transformação social ou transformação do que seja, é um questionamento para alguns setores, não só do movimento feminista, acho que todos os movimentos, têm essa visão reformista de que "abre-se espaço vamos lá", quer dizer, tem que aproveitar e às vezes é o espaço que aproveita você, e não vice-versa. Uma terceira questão, mais pontual, tem a ver com o que o Silvio apresentou, que o discurso do Terceiro Setor só apresenta os trabalhos das ONGs, e cita as ONGs nas conferências. O interessante aí, que é uma tendência mais das últimas conferências para cá, especialmente no processo de avaliação, é que o pessoal de direita está organizando ONGs, porque o modelo virou tão legitimado que agora, por exemplo no Beijing+5, Cairo+5, o Vaticano o que tem criado de ONGs é uma coisa impressionante. As empresas estão literalmente dizendo que criam instâncias para atuarem para o bem público e portanto tem direito a participar. A grande reclamação na Conferência de Beijing, dos setores conservadores, é que as feministas tinham conquistado a ONU, e aí querem ocupar o mesmo espaço.

Maria do Carmo Carvalho: Se é possível fazer políticas públicas de fora do aparato de Estado, a questão que me incomoda é a seguinte: isso que as ONGs fazem, ou outros setores, podem ser elementos de uma política pública? Por exemplo, a Pastoral da criança, quando desenvolve a tal da política de combate à desnutrição, isso é elemento de uma política pública? Alfabetização de adultos que as comunidades fazem, enfim, é possível fazer política pública de fora do aparato do Estado?

Luciana Tatagiba: A crítica às políticas públicas fragmentadas se deve à existência de um modelo maior, ideal, de políticas públicas, ou por que as pessoas estão preocupadas com os efeitos, com os resultados, elas olham os resultados e talvez podem dizer "bem, o resultado é esse porque é uma política fragmentada", não que elas partam daí, "se é política pública tem que ser universal", etc. Acho que volta aquilo que discutimos no Rio, que são os critérios de avaliação dessas experiências, a gente ter que ter muita seriedade em construir esses critérios, para que tenhamos algum elemento mais sólido para avaliar, e eu não acho que toda a crítica se baseia numa perspectiva ideal, mais ampliada.

Evelina Dagnino: Mesmo que a crítica parta de uma avaliação dos resultados, acho que a avaliação dos resultados supõe uma perspectiva externa. Se algo é ruim, existe um modelo do que é bom.

Luciana Tatagiba: Posso imaginar se ela atingiu os objetivos a que se propôs, e não se atingiu o objetivo da universalidade. Vou dar um exemplo, não acho que os conselhos de saúde não funcionam porque estão trabalhando numa perspectiva fragmentada de saúde, não, mas quando eu olho se esses conselhos são efetivos, eficazes no que se propõem, eu encontro respostas negativas. Não é porque eu acho que eles tinham que ser universais, etc.

Carla Silva: Quando a Sonia falou, me lembrei muito do que o Chico de Oliveira falou num debate do Pólis. Vou tentar fazer uma relação. Quando você diz dessa dimensão pública que tem que ter uma política pública, e a diferença entre isso e projetos e programas que são feitos entre Estado e

ONGs, vou ficar nas ONGs porque está mais palpável, para mim ficou muito claro pensar assim. Naquele debate o Chico chamava atenção para o fato de que muitas ações são feitas nesta parceria, nesta relação entre Estado e sociedade, com recursos públicos, mas faltam espaços de conflito que definam o destino desse recurso público. No caso do Brasil é uma revolução criar espaços de conflito por onde os destinos do recurso público sejam decididos, e quando você falou nessa diferença entre políticas públicas, projetos e programas, acho que realmente é por aí, ficou muito claro. Você tem hoje no Brasil várias experiências que se pode pegar alguns critérios e avaliar como positivas, mas no que se avança nesta que seria uma revolução neste país, que é exatamente a dimensão do conflito para decidir onde os recursos públicos são aplicados? Gostaria de pontuar isto.

Kathryn Hochstetler: Quando eu falei da necessidade da ONG, da sociedade civil definir seus próprios projetos, estava enfatizando seu projeto em comparação com um projeto do Estado, mas como essas organizações vão definir o seu projeto, isso não vejo como uma coisa fechada. Acho que deve ser uma coisa bem ampla, com muitas partes da sociedade, mas aqui temos problemas, porque, voltando também à questão da política pública, acho que movimento social, ONG, sociedade civil, podem fazer política pública, mas agora temos poucos critérios de pensar como devem fazer. Pelo menos na política formal temos os critérios da democracia, sabemos mais ou menos como deve funcionar a representação, várias outras coisas, mas neste momento ainda faltam critérios para os movimentos sociais, para as ONGs. Como é que vão definir seus projetos? Quem vai dizer se são representantes de quem? Acho que vai ser difícil responder a esses novos movimentos da direita por exemplo, vai ser difícil ter políticas públicas não estatais sem tratar disso, não tenho resposta, mas tenho mais perguntas.

Evelina Dagnino: É muito fácil concordar com essas críticas, é muito fácil dizer os resultados são políticas públicas setorializadas, fragmentadas; só que o que estou cobrando é um pouco mais de rigor no que estamos dizendo, e um pouco assumir as implicações disso. O rigor começa com a idéia de política pública, evidentemente não estou propondo que a gente vá discutir isso, nem

tenho competência, mas certamente se o critério do público é o fundamental naquilo que é uma política pública eu diria que 70%, pelo menos, do que tem sido chamado na literatura, inclusive pelas ONGs, não é política pública coisa nenhuma, é política estatal, na qual o Estado abriu em espaço maior, menor, com poder de decisão, sem poder de decisão, para setores da sociedade civil. Isso não chega para caracterizar o público. Então eu até me pergunto onde temos políticas públicas, teríamos que fazer uma garimpagem aí a seguir esse critério, o que rebate um pouco (estou falando em nome do rigor) sobre a coisa de que "a sociedade pode fazer política pública". Será? Qual política pública a sociedade pode fazer, em que sentido? Política pública é na verdade um conjunto de medidas que são mandatórias e que afetam setores da população, não sei, para mim política pública era uma prerrogativa do Estado, em modelo participativo, sem modelo participativo, mas ainda do Estado. De repente não, podemos transferir para a sociedade mas eu gostaria de ver isso com mais acuidade. A coisa dos resultados, talvez eu não esteja sendo muito clara. Quando eu falo das expectativas e da pergunta verdadeira... Todos nós sabemos que a gente passou por uma crise de paradigmas onde o modelo de transformação da sociedade sofreu um impacto enorme da chamada pós-modernidade, onde você tem imagens, modelos de transformação da sociedade que são presididos exatamente pela idéia da fragmentação, da transformação molecular e por aí afora, versus o modelo que ainda tem os seus defensores e que eu não sei que estatuto tem para nós hoje, que é o modelo de transformação totalizante, centralizado, onde o Estado ocupa o papel fundamental, etc. Quando estou falando que talvez fosse demasiado falarmos disso hoje, é um pouco disso, quer dizer, nós estamos falando de políticas públicas, ONGs, sociedade civil como instrumentos da transformação. Que transformação nós temos na cabeça? É uma transformação que pode, sim, ser setorializada, fragmentada, um pouquinho aqui, um pouquinho ali, ou é outra coisa? É por aí...

Ana Cláudia Farranha: Eu ia falar um pouco dessa questão dos resultados. Se o objetivo são os resultados, a gente perde um pouco o que está por trás, o que é o fundamental de toda a política. O que efetivamente está permeando o debate, qual o sentido de transformação? A política pública nesse conjunto de

elementos tem um papel fundamental, de qual lugar estamos falando e para quê. Então penso que essa coisa dos resultados, dos critérios, eles são importantes, têm o seu peso, mas é preciso também relevar em que contexto eles estão, para que tenhamos a dimensão de qual disputa política está sendo travada.

Sonia Alvarez: Em relação ao que Evelina acabou de falar e o que Kathryn colocou sobre movimentos sociais e ONGs, quando eu estava pensando o público, mesmo que não funcione, num Estado democrático, semi-democrático, ou quase democrático há mecanismos de controle, eleições, um judiciário forte pode investigar, o público pode não gostar do que FHC está fazendo agora e tirá-lo do poder. O público não pode necessariamente fazer isso com ONGs, é nesse sentido que eu estava querendo dizer "público", tem que ter ampla participação mas teria que haver mecanismos claros, procedimentos claros de cobrança. Acho que aí que está uma das grandes dificuldades para mim nessas parcerias, porque você não pode cobrar, se o projeto não deu certo ou fez mal, de quem você cobra? Quais as conseqüências? Acho que isso é uma das coisas que eu não sei se está contemplada na nova legislação sobre organizações da sociedade civil com fins públicos, não tenho isso muito claro. O que acontece num contexto onde uma entidade privada com fins públicos utiliza mal os fundos públicos? Entra aí também a questão de como se discute onde vão, como foram destinados esses recursos.

Silvio Caccia Bava: Essa conversa é importante e é recorrente. Durante o tempo que eu estive na presidência da Abong não sei quantas vezes tive que me referir a ela. Eu acho que tem uma questão, primeiro que ONG não representa ninguém, não tem uma base social, ela tem um trabalho. Um sindicato tem uma base social, uma associação de base tem uma base social, que vai cobrar a efetividade dessa representação. Eu sustento que ONG não representa ninguém. ONG se legitima pelo trabalho social que faz, ou se desqualifica se não tem essa competência. Com relação à questão da fiscalização, é muito interessante, porque veja: no Brasil não existe figura jurídica de ONG, existe "sociedade civil sem fins lucrativos". ONG é um

apelido. As sociedade civis sem fins lucrativos no Brasil têm os mesmos controles públicos que a empresa privada, todos. Ela é isenta de imposto de renda mas tem que apresentar uma declaração anual, tem fiscalização do INSS, do ISS, da Prefeitura, todos. Em geral as ONGs recebem recursos de fundações internacionais, de agências de cooperação, que também fiscalizam por sua vez o projeto que foi aprovado, quer dizer, nenhuma agência de cooperação vai dar o dinheiro e pronto; vai analisar o projeto, vai analisar os custos e vai fechar esse projeto. Então, um dos grandes desafios das agências de cooperação é que elas não só têm que aprovar o projeto, conhecer a competência daquela ONG, mas depois tem que prestar contas, porque são fundos públicos internacionais. Não bastasse isso, hoje em dia está bastante disseminada a prática de que as ONGs têm uma auditoria contábil independente, às vezes isso é pedido pela agência de cooperação, às vezes isso é uma iniciativa própria da ONG na busca da transparência no manejo de seus recursos. O que é uma auditoria contábil independente, é um trabalho profissional, habilitado no conselho de contabilidade, seguindo normas internacionais, para verificar as entradas e saídas do caixa dessa ONG. Mediante esse tipo de aparato legal, nós podemos alegar "é, mas o Estado não tem a capacidade efetiva de controle". É verdade, não tem também das empresas. Mas de qualquer maneira, a institucionalidade que está dada é de um rigor com o fluxo de recursos para as ONGs, que eu acho que a pergunta que tem que ser feita é o que está por trás desse questionamento. Ou seja, está se questionando a legitimidade do trabalho das ONGs, não é se elas manejam mais ou menos bem os seus recursos financeiros. Realmente, há ONGs e ONGs, assim como há sindicatos e sindicatos. A associação beneficente do Canapí, aquela que a Rosane Collor instituiu no seu estado para passar recursos aos seus parentes, é uma ONG também. Então por exemplo uma das iniciativas que a Abong está fazendo agora é disseminar uma carta de princípios, uma coisa ética, que possa agregar em torno desses valores um conjunto de ONGs que por sua vez vão influenciando também outras instâncias. Mas do ponto de vista jurídico, de controle legal, de controle contábil, eu não conheço instituições que tenham uma fiscalização tão rigorosa quanto as ONGs.

Nathalie Lebon: Penso que deveria haver uma maneira de participação, não de prestação de contas, mas de participação dos beneficiários, no que a ONG está fazendo. Um dos grupos que trabalhei tinha na diretoria mulheres que se beneficiavam do serviço, nem todas as ONGs fazem isso.

Pergunta 4

(4) Outra noção fundamental, intimamente ligada aos novos discursos sobre a sociedade civil, é a do "terceiro setor"—aquele "situado" entre o mercado e o Estado e, segundo Rubem César Fernandes, "composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e de mecenato e expandindo seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil" (Fernandes 1997, 27).

4a) Qual tem sido a trajetória política dessa noção, dentro do Estado, das instituições inter-governamentais como a ONU e o Banco Mundial, das agências de cooperação internacional e o mundo filantrópico, da própria sociedade civil?

4b) Quais as continuidades e rupturas entre as "práticas tradicionais de caridade, da filantropia e de mecenato" e aquelas que caracterizam os diferentes atores dentro do "terceiro setor" no Brasil e na América Latina hoje?

4c) Quais as diferenças internas ao Terceiro Setor: ONGs e fundações empresariais são instituições análogas, comparáveis, ou não e porque?

Nathalie Lebon: Primeira coisa que fiz ao ler a questão, com a preocupação do tema da minha pesquisa que é sobre profissionalização, foi ver a questão da participação voluntária, acho que quem está em ONG não tem remuneração no mesmo nível que o trabalho na empresa privada, não há dúvida, é uma escolha

militante. Não sei se isso foi resolvido, mas não existe seguro social, aposentadoria, quem está em ONG não tem muitas das vantagens que na verdade essas entidades gostariam que fossem universalizadas para todos. Isso não quer dizer que a participação das ONGs deva ser anulada dentro do Terceiro Setor, mas teria que se repensar essa questão da participação voluntária. Retornando à questão sobre pegar recursos disponíveis, acho que há uma dimensão que não abordamos, pois quando você pega recursos você começa a se profissionalizar. Há uma certa dinâmica de sustentação da entidade, o que faz com que às vezes seja necessário pegar recursos que não são da sua linha de projeto político. Muitas vezes você não tem muita escolha, a cooperação internacional é diversa, mas nem sempre é fácil poder escolher com quem você vai trabalhar. Quanto às continuidades e rupturas entre o terceiro setor e a filantropia, caridade, a meu ver há uma heterogeneidade do terceiro setor, onde você tem algumas que são ainda assistencialistas e outras que não são. Realmente a diferença é a politização, a visão da necessidade do empoderamento, mas mesmo nesses casos pode acontecer um problema de dependência entre as organizações que lidam umas com as outras, uma cultura do clientelismo que é bem enraizada no Brasil e difícil combater. Como Silvio demonstrou com a campanha contra a fome, se pode complementar os dois lados de uma boa forma para a cidadania. A questão de criação de fundações empresariais é interessante, não conheço a literatura sobre essas fundações mas seria interessante ver até que ponto os temas que elas escolhem trabalhar, principalmente a maneira que elas trabalham, já que elas vêm do meio empresarial baseado na lógica dos fins lucrativos. Mas é bom se lembrar da Fundação Ford...

Sonia Alvarez: Eu acho que a aparição deste termo no debate público é mais recente ainda do que a reificação do conceito de sociedade civil. Aqui no Brasil ele aparece nitidamente nas discussões em relação à criação do Comunidade Solidária, de uma forma mais expressiva, mesmo que tenha sido usado num momento ou outro. Mas o próprio texto do Silvio diz que há toda uma tradição no contexto norte-americano especificamente e, curiosamente, os grandes teóricos dessa linha são inicialmente economistas, significativamente. O próprio Jeremy Rifkin, que ele cita, que também tem participado muito dos

debates na América Latina como grande teórico do terceiro setor, aponta que uma das coisas boas do terceiro setor não é só que ele preenche um papel diferente, regido por uma lógica que não é igual a do mercado e do Estado, que existe entre os dois, etc, mas que ele gera empregos, que nos EUA há uma série de estatísticas mostrando que se o setor sem fins lucrativos dos EUA fosse uma economia seria a sétima maior economia do mundo, etc. Então o capital social, termo também recente, gera lucros, em certo sentido, gera bens públicos. Então Rifkin propõe que o Estado deve investir no terceiro setor, que a grande maioria do terceiro setor depende em nível mundial de recursos públicos, 40% mundial, na América Latina parece estar mais abaixo, Argentina 15%, Brasil 10%, não sei bem, mas que há um padrão crescente. Mas o Rifkin fala algo que me chamou atenção, respondendo por que é bom o Estado investir no Terceiro Setor, citando, "quase 3% dos homens nos EUA estão em prisões aguardando julgamento, essa é a rede social lá, o Estado garante alimentação e vestimenta a essas pessoas e custa 30 mil dólares por ano, do dinheiro dos impostos, manter um ser humano na prisão. Mais vale aproveitar esse dinheiro para criar empregos no setor civil".[11] Quer dizer, põe os homicidas a cuidar de abrigos para mulheres violentadas, talvez.... Enfim é uma idéia interessante, não é uma forma só de tampar o buraco mas de criar empregos... ele é o mesmo autor de um livro que chama-se algo como "O fim do Emprego", com a tecnocratização, o que vamos fazer com essas pessoas cada vez mais excluídas, põe elas para coletar lixo, fortalecer a comunidade e a família... Há toda uma ideologia de que esse é o discurso, claro que essa idéia é reapropriada e resignificada por diversos atores, porque se o setor ONG e sociedade civil é muito heterogêneo, então mais ainda o chamado terceiro setor, ele engloba muito mais aquilo tudo que supostamente cai fora da lógica do mercado e do Estado. Agora, o que me preocupa é se não é um outro tipo de mercado.... Como eu falava que é difícil operar fora da cultura, é difícil operar fora do mercado capitalista e da lógica do Estado dominante por coerção, não por hegemonia, e nesse sentido acho que muitas instituições do terceiro setor terminam sendo regidas, sim, por outro tipo de mercado, que

[11] Rifkin, Jeremy. 1997. Identidade e Natureza do Terceiro Setor. In *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentável*, ed. Evelyn Berg Ioschpe. São Paulo: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas; Paz e Terra.

seria aquele mercado de projetos, em parte moldado pela lógica de mercado de um lado e pela lógica de Estado de outro. Isto é, há uma demanda por projetos que surge do Estado, das instituições internacionais, etc., e que afeta, polui e potencializa esse outro mercado que opera dentro do chamado terceiro setor. Em termos do que diferencia o terceiro setor da caridade, acho que não há nenhuma distinção automática a ser feita. Se a gente definir o terceiro setor como aquelas instituições não situadas principalmente no mercado ou principalmente no Estado, que agem no sentido de definir e promover o interesse público, então um critério para mim de diferenciação seria até que ponto elas são contenciosas, elas começam a pelo menos desconstruir a hegemonia que está aí, o sentido comum que está aí, questionam e se preocupam com esse questionamento. Nesse sentido, voltando à questão dos voluntários, acho que esse discurso que agora está muito presente, promovido pela Comunidade Solidária (e como o Comunidade Solidária existem programas em toda América Latina hoje), embutido nesses discursos sobre voluntariado está a ideia de que as pessoas têm que dar mais do seu tempo para promover o bem comum, etc, coisa que eu acho absolutamente louvável, quer dizer, não tenho nada contra. Agora para mim há uma diferença significativa, política, entre voluntarismo e militância, por assim dizer. Você pode chamar voluntários, que seria o caso de ONGs progressistas, ou organizações da sociedade civil críticas e contestatárias, que iriam chamar pessoas não só para executarem tarefas mas também para discutirem, tomarem consciência de si mesmas como cidadãs, ou seja, o fato de eu ir fazer bem para o outro, em si não me torna mais democrática.... se eu sou uma dondoca da zona sul do Rio e vou distribuir comida na favela pode ser que eu me toque de algumas coisas que eu nunca ia ter me tocado se tivesse ficado no meu apartamento olhando para a favela, mas em síntese, fora isso, se a entidade que me chamou para fazer esse trabalho não promove um processo de debate, de reeducação, não muda necessariamente nada. Aí tem uma questão remetendo ao conceito da Evelina de projeto político.

Silvio Caccia Bava: O texto que apresentei é um texto voltado para produção de uma política de Estado em relação ao Terceiro Setor. Então muitas das coisas que eu gostaria de ter dito eu não disse .Por exemplo, eu não disse que

do meu ponto de vista a concepção do terceiro setor é absolutamente integrada aos programas de ajuste estrutural, na expectativa de que as empresas e as ONGs juntas dêem conta do déficit social crescente e da coesão social. Uma das primeira coisas que me impressiona muito é como eu ainda não presenciei uma discussão de fundo que questione a consistência teórica dessa proposição. Eu acho que ela não pára de pé, tem a divisão da sociedade em mercado, Estado e terceiro setor, já tem um deslizamento de sociedade civil para o terceiro setor, semântico. Mas eu acho que ela não pára de pé, por vários motivos, eu não vou me aprofundar nessa discussão porque não temos tempo, mas eu queria retomar duas considerações. A primeira delas é que nesta lógica não se toca no mercado, ele mantém-se autônomo se regulando pela livre competição que já não existe mais, é cartelizada. O Estado está fora, porque enquanto Estado mínimo, como provedor de políticas sociais, não que o Estado tenha diminuído de tamanho, no Brasil nos últimos dez anos a receita pública cresceu 50%, o Estado cresceu de 22% do PIB para 31, 32% do PIB, Chico de Oliveira fala em 35%, o Estado não tem nada de mínimo, ele mudou o perfil, e o que acontece quando você separa as coisas? O Estado não funciona como regulador, o mercado funciona segundo sua própria lógica e o espaço dos direitos foi para o brejo, porque é justamente a regulação entre a ação de mercado e as necessidades de cidadania, provida essa regulação pelo Estado, que define qual é a arena da política, da disputa dos recursos. Então já é problemático dessa forma, mas eu queria salientar que também não é a única visão, embora seja essa visão em termos de força quase a imposição do pensamento único. O Amartya Sem, prêmio Nobel de economia, técnico sênior do PNUD, diz assim: a nova ordem, ou a superação dos mesmos problemas que o Jeremy Rifkin coloca, é o controle da economia para resultados em torno do desenvolvimento humano sustentável, ou seja, a prioridade é a questão social, e a partir dessas prioridade se ordena a produção econômica, é uma regulação do mercado. É outra visão, alternativa. Com relação à questão do emprego, eu tenho uma suspeita que até agora não é muito comprovada, mas tem uma pesquisa que eu cito no texto, do Lester Salomon, em sete países desenvolvidos, EUA, França, Itália, Japão, Canadá, Inglaterra, etc, em que ele diz assim: "48% dos recursos provenientes do terceiro setor vêm da venda de serviços e produtos". Eu quero fazer uma

leitura, absolutamente hipotética, que isso expressa a precarização, o informal, a flexibilização da relações contratuais de trabalho, não é novo emprego. Quer dizer, é um deslocamento, do mercado formal para o informal, de uma parte dos serviços que são responsabilidade do Estado. Está completamente coerente como hipótese ao desenho do que é hoje a sociedade se dualizando mais, não tenho certeza em relação a esta hipótese mais me parece bastante plausível. Outros 42% da receita desse setor vêm de fundos públicos, do Estado, e 8% é proveniente de doações de fundações, doações de empresas e pessoas físicas. Ou seja, a famosa solidariedade dentro da sociedade civil não aparece. Cadê a disposição das empresas de financiar esse projeto? Eu não sei dividir esse 8%', o quanto é pessoa física e o quanto é pessoa jurídica, eu suponho que aqui dentro a pessoa física tenha um peso significativo, o que ainda colocaria a situação ainda mais frágil em termos de sustentação, da proposição de sustentação do terceiro setor. Eu queria de novo retomar uma história que é o seguinte: na Suécia, as ONGs são financiadas 100% pelo Estado. Elas têm toda a legislação, direito ao uso da televisão para fazer avaliação das políticas públicas, e elas têm participação em todas as missões diplomáticas do governo sueco. A taxa tributária da Suécia está em torno de 50%, e todas as necessidades sociais estão cobertas pelas políticas públicas, então não se trata de uma ação compensatória, de uma ação de atenção direta, o que eles chamam lá o papel das ONGs é a capacidade de poder exercer um controle público sobre as ações do Estado, o que também é um outro referente, que não é o do terceiro setor. Então, acho que o conceito de terceiro setor é um conceito instrumental muito bom, porque ele bota dentro do mesmo guarda-chuva todas as coisas diferentes que têm na sociedade civil e dá uma proposição: "vocês precisam estar mais atentos ao social". Desse ponto de vista é interessante. No jornal Valor de ontem, saiu uma pesquisa sobre a preocupação das empresas hoje no Brasil com relação à sua imagem social, e começa a aparecer uma preocupação com o marketing institucional de empresas, que seria a transferência de uma parte de seu orçamento anual para projetos de interesse social orientados para a valorização da marca e da visão institucional da empresa. Investimentos orientados a partir de critérios de mercado, mas independente disso, é uma preocupação de buscar o financiamento de projetos sociais. Eu acho que o problema da filantropia é que

ela desconstitui o interlocutor, o interlocutor vira um coitadinho que precisa de atenção. Não tenho nada contra o repasse de recursos para quem esteja necessitando, mas os termos de como isso seja feito são a decisão se você está no campo da cidadania ou no campo da caridade. Tenho uma forte impressão também que neste arco de experiências que se gestam, é um processo de mudança lento, enfim, mas que já começa aqui no Brasil, a visão é ajuda aos coitadinhos, não tem nenhuma preocupação com a questão da cidadania. Um último ponto, que me parece também daquelas apropriações semânticas interessantes, é que começo a questionar muito, por exemplo, a possibilidade do empowerment de grupos sociais que têm uma baixíssima escolaridade, que tem uma capacidade de auto-sustentação muito limitada se aquela ajuda escapar, deixar de acontecer. A única maneira em que esses grupos podem conquistar a sua ascensão ao patamar da cidadania e de uma atenção básica às suas necessidades, é quando esses grupos se constituem enquanto atores coletivos, quer dizer, o trabalhador rural sozinho, ou aquele que recebe a bolsa de renda mínima, ele está absolutamente desarmado no espaço público. A única coisa que permite aos bem pobres conquistarem a possibilidade de ascender na cena pública é a construção coletiva de sua representação, que também não está contemplada no terceiro setor.

Kathryn Hochstetler: Tenho uma pergunta sobre qual o conceito mais abrangente, sociedade civil, terceiro setor, movimento social, qualquer outro? Seria bom ter uma palavra que incluísse tudo, porque eu acho que não é terceiro setor, exatamente pelas razões que a mesa já anotou. Este conceito diz que é o mais abrangente, tudo que não é Estado nem mercado. Ao meu ver, o uso mais útil desse conceito seria para diminuir um pouco o campo do que estamos falando. Sabemos que lá temos grupos que aceitam essas divisões, que estão mil projetos, "isso não é política, eu não mexo com política", tem grupos assim, muitos, de mulheres, de saúde, do meio ambiente, então vamos usar esse conceito para esses grupos que se auto definam como se não fossem política nem mercado. Acho que esse conceito seria muito útil para darmos uma maneira curta de falarmos desta parte do conceito mais abrangente. Mas seria útil ter uma palavra, para falar desses grupos que são dessa maneira de pensar, que são de projetos apolíticos, etc. Depois podemos fazer toda uma

crítica, mas vamos usar essa palavra para entidades que têm liderança formada pela FGV, no setor de terceiro setor, vamos usar essa palavra para gente do GIFE, para gente da filantropia, que não tem nenhum problema em dizer que são filantrópicos. Vamos ter uma palavra para falar deles, e depois podemos falar dos outros também, mas acho que seria útil esse vocabulário, e é isso que estou propondo.

Cátia Silva: Acho que minha fala é mais dirigida ao Silvio. Eu estava me lembrando, quando ele começou a falar das fundações ligadas a empresas, que estão muito preocupadas com a imagem social da empresa, de uma discussão que saiu na Folha de São Paulo entre os responsáveis pela mostra dos quinhentos anos e o Raul Cortez. O Raul Cortez estava na verdade criticando a mostra que o tempo todo foi vendida como "iniciativa do empresariado, que colocou não sei quantos bilhões, o Ministério da Cultura entrou apenas com uma pequena parte, etc", e ele dizendo "mas afinal de contas estão fazendo mecenato com o nosso dinheiro, porque essas empresas não vão pagar nada, estão abatendo tudo do imposto de renda e ainda se colocam como as boazinhas que estão fazendo algo de bom para nós". No texto do Silvio ele cita duas tendências, uma que seria uma confusão entre ONGs, voltadas ao desenvolvimento social, o "terreno do bem", e o terceiro setor que, se estou entendendo, são essas fundações ligadas a empresas, essas organizações mais recentes que têm feito trabalhos sociais pontuais. Numa dessas perspectivas as ONGs estariam perdendo espaço, confundidas com esse terceiro setor. Na outra tendência, essas ONGs estariam irradiando um discurso da cidadania, algumas iniciativas, para esse terceiro setor. Eu queria saber de alguém que vêm desse espaço, convive nesse espaço, se hoje, quando temos muitas iniciativas em que vemos fundações tipo Bank of Boston, Odebrecht, junto com outras ONGs que já estão aí no campo há muito tempo, se dentro desse próprio terceiro setor, ONGs, existe alguma preocupação de diferenciação das iniciativas, ou de quando há uma aliança, parceria, entre alguma instituição do terceiro setor e uma ONG, que certas concepções sejam colocadas nessa iniciativa, ou se isso realmente está nebuloso hoje, Quem se denomina terceiro setor, eu gostaria de saber? Essas fundações se autodenominam? As ONGs querem recursos públicos para iniciativas que possam contribuir para a

democracia, mas qual é a definição sobre o que será feito e como você define que recursos públicos irão para onde? Quem vai fazer o que, como vou saber se tal ou qual iniciativa está dentro de uma política mais universal, ou mesmo focalizada, mas se ela tem alguma linha, alguma meta, dentro do que o governo está fazendo, dentro de alguma coisa que eu possa chamar de política pública?

Ana Cláudia Texeira: Estava pensando em começar dizendo que assim como a sociedade civil tem uma genealogia, uma história, origem, e que esse termo sociedade civil foi redefinido e hoje acabamos de dizer que podemos redefini-lo de várias maneiras, isso está em disputa, podemos elaborar alguma coisa nova, trazer elementos mais filosóficos, etc, eu fiquei pensando por que com o termo terceiro setor não pode acontecer o mesmo? Não só se não pode acontecer o mesmo, mas se isso já não está realmente acontecendo, por isso que a fala da Kathryn me deu uma balançada, pois ela propõe definir o terceiro setor como uma coisa específica. Eu fiquei pensando, assim como na sociedade civil tem várias propostas em disputa, terceiro setor também pode ter várias propostas, e eu acho que tem várias propostas. O próprio livro citado pela Sonia não é tão fechado. A tentativa do terceiro setor de dar conta de tudo, eu acho que o termo sociedade civil também tenta dar conta de tudo, e aí queria juntar com uma outra questão que estava pensando. A impressão que eu tenho é que, às vezes, há mais diferenças, ou há mais semelhanças, entre ONGs e algum tipo de filantropia empresarial, do que podemos imaginar. Eu conheço pouco, mas do pouco que conheço, não podemos generalizar e dizer que filantropia empresarial é "isso", e tachá-la. Pelo menos já vi dois discursos de pessoas que vêm do campo empresarial muito diferenciados, um deles acho que se aproximava bastante do campo das ONGs, o do presidente do Ethos e da Fundação Abrinq, que tinha um discurso de crítica a qualquer tipo de substituição do Estado, discurso que reforçava os espaços de participação, de co-gestão, dizia que o que ele queria que as fundações assumissem era uma espécie de responsabilidade, etc. Por outro lado, escutei o presidente do Instituto C&A, que entrevistei e foi fantástico, ele foi explícito, me explicou o princípio da subsidiariedade: diz ele que esse princípio é muito comum nesse campo, dentro de uma empresa, por exemplo, um funcionário não deve fazer o

trabalho de um funcionário menos graduado, ou seja, se os de baixo podem fazer, o chefe não deve fazer. Perguntei a relação com o Estado e ele diz que se as fundações, a sociedade civil, podem fazer coisas e desafogar o Estado de atividades, muito melhor, e é isso que queriam fazer. A sociedade então é menos graduada e deve assumir as atividades inferiores da política social. Mas é difícil tachar, mesmo caridade, já vi pessoas falando como há entidades de assistência social, que tem muitos anos, e conseguem na participação, no envolvimento, ir alterando os seus discursos.

Lígia Luchmann: Acho um pouco complicado usar o conceito de terceiro setor retirando as entidades mais politizadas, qual critério vai ser construído para classificarmos o que é politizado e o que não é politizado? Quer dizer, o discurso ou a prática da política do bem ou do mal... embaralha um pouco. Pelos dados que foram colocados tenho a impressão de uma vinculação muito mais direta do terceiro setor com o novo setor da economia, um novo mercado que não é nem público nem privado, que não é gerido por uma lógica de lucro tradicional mas que é um mercado porque são entidades, fundações, ONGs que estão disputando recursos, que estão disputando prêmios, e esses prêmios efetivamente rendem novos lucros, etc. Parece que se está configurando uma nova economia, digamos assim, cujo termo terceiro setor é um componente importante para que se evite de perceber esse setor como uma nova economia ou como novo mercado. Na verdade chamar isso de terceiro setor é um mecanismo muito interessante para tentar diferenciar do mercado e do Estado, e aí podíamos pensar na diferença entre terceiro setor e sociedade civil por aí, quem sabe.

Ana Cláudia Farranha: O que me parece quando falamos de terceiro setor, um pouco isso que a Ligia falou, você tem um novo mercado, com um boom de instituições que estão muito voltadas para essa coisa da prática social, mas que efetivamente não são capazes de promover elementos que alterem as regras do jogo; em outras palavras, não são capazes de acirrar o debate, de trazer novos elementos, de mostrar a desigualdade como um ponto fundamental na disputa política. Quer dizer, a sensação que eu tenho quando falamos de terceiro setor, quando eu leio alguma coisa, e eu sou bastante leiga,

é uma discussão nova para mim, mas a sensação que eu tenho é como se isso fosse uma mediação, não política, mas uma mediação que remedia situações limite. Gostaria que os debatedores explicitassem essa questão ideológica no interior do terceiro setor, porque ao meu ver me parece que você cria um novo conjunto de proposições, de idéias, de discursos, que mudam o foco da luta política. A luta política, que seria pela inclusão, pela construção de condições sociais mais igualitárias, acaba meio que ficando escamoteada em nome de uma convocatória responsabilizando o todo, numa solidariedade que me parece esvaziada de um sentido de disputa política.

Carla Silva: Gostaria de começar pelo que a Kathryn falou, se eu entendi que seria possível usar o termo terceiro setor para fundações que não tenham esse caráter político, da disputa política no espaço público. Aí acho que a Ana Cláudia trouxe um exemplo bem claro de que não dá para fazer isso, porque essas fundações que tem esse perfil mais de terceiro setor estão, dizendo ou não dizendo que são políticas, fazendo política na prática....

Kathryn Hochstetler: Eu não estava dizendo que não são políticas, mas que se denominam apolíticas, isso é bem diferente de uma organização que reconhece que é política. Primeiro, eu acho que tudo tem projeto político. Mas uma das maiores manobras políticas é dizer que não tem. Há um conjunto de organizações na sociedade brasileira que dizem que não tem, e para mim isso é uma coisa política muito importante. Tem uma associação, o GIFE, não sei, que diz "eu não sou política, não estou fazendo nada de política", e isso nos diz uma coisa muito importante do projeto político deles, que a política continua, o status quo, então para mim uma organização que vai dizer que não é política, está dizendo que tem um projeto político muito específico, e por isso que acho útil identificá-las assim, porque isso nos diz uma coisa muito importante.

Carla Silva: Então eu concordo com você, porque há uma posição política de despolitizar o social, e achar que vai dar para mudar essa sociedade extremamente excludente sem conflito. Então o terceiro setor traz uma idéia de que seria possível mudar sem ninguém sair perdendo. É preciso dizer que

para se construir uma sociedade efetivamente democrática tem gente que vai sair perdendo, que vai ter que dividir o seu quinhão. Para mim passa muito por isso, o termo terceiro setor cai como uma luva para essa idéia de que dá para fazer democracia sem conflito, sem barulho na rua, etc.

Luciana Tatagiba: A fala de Kathryn parece interessante porque aí você mata todos de uma vez só.... por exemplo Xuxa, Ayrton Senna, aqueles jogadores de futebol que ficam criando coisas para ajudar os meninos, chama tudo de terceiro setor, mete o pau no terceiro setor e acaba com eles de uma vez, não precisa fazer separado... Eu estava pensando, será que eu, nas minhas análises, preciso usar esse termo, eu tenho que dar conta, eu tenho que falar de terceiro setor, de ONG, de sociedade civil, tenho que estar mostrando que estou atualizada, então, é um negócio complicado. Ou vamos estabelecer um consenso, todos nós do campo democrático vamos usar só sociedade civil e acabou, não usamos outro termo, vamos fazer um boicote, aí o termo morre e não precisamos dar conta dele. É uma brincadeira, mas a Fundação Ayrton Senna não é uma ONG, então você joga como terceiro setor, parece interessante mesmo.

Silvio Caccia Bava: É importante, Ana Claudia, nessa discussão visualizar isso como um processo que tem uma disputa de significado mas identificar o locus dessa disputa, onde fica esse espaço. Por exemplo, o que você estava falando da aproximação das entidades assistenciais com o mundo das ONGs se deu no CNAS, o Conselho Nacional de Assistência Social, referida a uma discussão de políticas públicas. Então, as entidades assistenciais que durante muito tempo promoveram o seu trabalho, 40, 50 anos, e foram ao CNAS, que passou a ter recentemente, pela sua composição paritária, deliberativa, etc, a representação de usuários dos serviços de ONGs, de sindicatos, esse espaço público, ao ter também as entidades assistenciais acabou desafiando as entidades assistenciais a avaliarem o alcance do seu trabalho. Eu acho que se a discussão entre as entidades assistenciais, as ONGs e as fundações empresariais se derem dentro do GIFE, é diferente, porque a agenda que estrutura aquele espaço não é a mesma que estrutura o CNAS, em termos do interesse público como referência. Eu não sei se às vezes eu me atrapalho com

essa história de terceiro setor pelo seguinte: eu não acho que as ONGs são a maravilha da virtude, não é isso, tanto é que, por exemplo, justamente para fazer frente a uma mudança no perfil das ONGs, que estava prevista em decorrência do ajuste estrutural no Brasil, porque já tinha sido vista na Colômbia, na Bolívia, e em outros países da América Latina, as ONGs se deslocaram de grupos de cidadãos que se organizam em defesa de direitos para prestadoras de serviço, isso era previsível no Brasil, está ocorrendo, e já ocorreu em outros países que tiveram uma cronologia diferente da época do ajuste estrutural. Mas nessa disputa de significados, um conjunto de ONGs resolveu criar a Abong, para aglutinar num espaço público aquelas ONGs que se identificam com um determinado tipo de missão, enfim, costumo resumir dizendo que são grupos de cidadãos que organizam em defesa de direitos, é um dado perfil. A partir desse núcleo de referência coletivo, público, procuraram disseminar a sua proposta para outras ONGs, para outros movimentos, para atuar em fóruns, em redes, e eu acho muito perigoso fazermos uma anatomia das ONGs, isso é uma leitura positivista que obscurece, encobre as diferenças no interior mesmo, afinal tem sindicatos e sindicatos, ONGs e ONGs, qualquer coisa.

Ana Cláudia Texeira: E tem fundações empresariais e fundações empresariais, ou não?

Silvio Caccia Bava: Eu quero acreditar que sim, eu acho por exemplo que a Fundação Abrinq tem um trabalho excelente, ela conseguiu construir uma credibilidade e uma capacidade de mobilização de recursos muito interessante. Não é por acaso que a Fundação Abrinq se orienta muito agora para incidir sobre políticas públicas, acho que essa credibilidade também se constrói pelo vetor de seu projeto, mas ela por enquanto é a exceção que confirma a regra, não conseguiria apontar um outro tipo de iniciativa empresarial que tivesse essa dimensão. Por exemplo a Fundação Abrinq abraçou a campanha contra o trabalho infantil, isso é uma bandeira que não tem a ver com filantropia, mas com a afirmação de uma agenda de direitos. A questão toda é o quanto escapa do meu interesse corporativo, do meu interessa particular, e a definição da própria trajetória, da missão, do trabalho, é dada pelo que eu chamaria de algo

que sobrepassa esse interesse particular e corporativo, o interesse público. Se não, não dá. Não sei se isso responde o que você estava levantando, mas eu não estou interessado em desqualificar o terceiro setor, eu acho que a gente teria que ter uma distinção entre o que é um rigor conceitual, porque ele tem implicações teóricas e políticas, e o que é atuar num cenário onde existe um pensamento hegemônico que disseminou o terceiro setor e todo mundo se identifica com ele. "Eu do terceiro setor", quantas ONGs não estão falando isso? Essa distinção me parece fundamental, para você ter uma forma de atuação dentro do terceiro setor que garanta uma certa identidade, um certo espaço de atuação, o que você vai fazer lá dentro? Por último, estou cada vez mais convencido de que a pobreza é gerada e combatida por políticas públicas. A própria OIT, Organização Internacional do Trabalho, lançou há dois anos atrás alguns estudos dizendo assim: "não é que o sujeito é vagabundo, não é que ele é doente, não é que ele é desmotivado, quer dizer, não depende das opções das pessoas estarem ou saírem da condição de pobreza. Essa condição de pobreza é determinada, gerada, pela forma como você reparte a riqueza". Um país como o Brasil, oitava, nona economia do mundo, não era para ter pobres. Mas tem 1% da população proprietária de terras que detêm 50% da área cultivável. Com tamanha iniquidade não é possível pensar como você resolve a questão da pobreza. Então estou de acordo que a preocupação maior é não deslocar o foco da questão, que venham as iniciativas solidárias, empresariais, quantas mais forem possíveis, acho que poderão ajudar muito, mas que esta seja uma equação que solucione a questão, que é o que está colocado, quer dizer, fora do terceiro setor, que outra alternativa há? Qual é a política de Estado que hoje combate a pobreza? É possível pensar uma política de Estado que combata a pobreza? Eu não acredito nisso. Você tem políticas macro que podem alterar a distribuição, mas uma política como o Comunidade Solidária, que aliás agora só usa recursos empresariais, o orçamento público foi diminuindo, que alcance ela tem? Na realidade, a gente entra por uma porta de discussão e acaba numa sala de visitas com muitos temas, porque o tema do terceiro setor nos convida a discutir outras coisas.

Sonia Alvarez: Acho que há uma oportunidade, uma possibilidade gerada por esse novo discurso que é justamente levar essa discussão e cobrar quando os

caras vão dizer que estão trabalhando para o bem público, então, tem uma possibilidade de cobrança que não existia previamente, de você dizer "bom, você está se colocando como parte desse terceiro setor preocupado em combater a pobreza, então me mostre os resultados". Por outro lado, acho que tem uma preocupação que é um pouco ligada já à quinta pergunta, de que há uma diferença muito grande entre entidades que estão num negócio de dar dinheiro, cestas básicas, de dar recursos, e aquelas que não. Por muito bom que seja o trabalho da Abrinq, ou por muito bom que seja o trabalho da Ford, aqui em referência à minha própria experiência, nem sempre tem um reconhecimento de que o que eles estão fazendo é uma intervenção política.

Pergunta 5

(5) Em anos recentes, diversas instituições internacionais têm desenvolvido políticas voltadas à "promoção da sociedade civil" e o terceiro setor na América Latina e outras "democracias emergentes". O Banco Mundial, por exemplo, tem um programa ou "estratégia regional" sobre a sociedade civil, assim justificado na sua página web (http://wbln0018.worldbank.org/external/lac/lac.nsf):

> *"Uno de los acontecimientos más importantes en la Región de América Latina y el Caribe es el surgimiento de una sociedad civil vibrante y heterogénea. A partir de la democratización electoral en la Región, este sector ha crecido en una forma substancial. La sociedad civil, que cierra el tríptico social junto con el Estado y el mercado, es el escenario en el cual la gente forja alianzas entre sí en la procura de los intereses que tienen en común.*
>
> *Cada vez hay más evidencia que indica que las organizaciones de la sociedad civil contribuyen a las operaciones del Banco en diversas formas, haciendo que su papel sea fundamental en la búsqueda de un desarrollo más comprensivo, transparente y sustentable. Según los informes del Banco y la documentación de los proyectos, las organizaciones de la sociedad civil (las OSC) realizan los siguientes aportes a las operaciones del Banco:*
>
> *Acrecientan la capacidad del Banco de enfocar e incluir a los pobres y a los grupos socialmente vulnerables;

*Mejoran la implementación y la sustentabilidad de los proyectos impulsando la participación de los beneficiarios, movilizando los recursos y reforzando las instituciones a nivel local;
* Experimentan con iniciativas de desarrollo innovadoras, racionalizan procedimientos e impulsan iniciativas exitosas de desarrollo en pequeña escala;
* Mejoran la transparencia y la rendición de cuentas de los gastos del Banco y de los gobiernos, lo que sirve por consiguiente para reducir los riesgos de los costos excesivos y de la corrupción;
*Brindan capacitación y asistencia técnica en áreas especializadas así como en métodos de organización, a menudo a costos reducidos.

5a) Qual tem sido o papel da cooperação internacional, os bancos e instituições financeiras multilaterais, e o sistema das Nações Unidas—que juntos constituem o que alguns observadores têm apelidado de "the international civil society industry"—nos discursos oficiais e na dinâmica da sociedade civil e dos movimentos sociais na América Latina?

5b) Até que ponto o papel "democratizante" das organizações da sociedade civil e os movimentos sociais têm sido fortalecidos por estas novas políticas internacionais?

Sonia Alvarez: Acho que essa questão tem a ver com o que algumas pessoas têm chamado de indústria internacional de promoção da sociedade civil. Hoje em dia há todo um discurso da ONU, do Banco Mundial, do BID, etc, de parte dos Estados e das instituições internacionais, , há um reconhecimento como Silvio colocou ao princípio de que os investimentos crescentemente requerem *good governance*. Então, há toda uma pressão, tanto da "turma do bem" quanto da "turma do mal," em cima da promoção da sociedade civil, onde eu acho que há muito a ser aproveitado. O problema é que se reproduzem em nível internacional aquelas desigualdades no campo da sociedade civil que se reproduzem em nível nacional. Se hoje em dia há muitas redes e entidades que transitam muito facilmente em espaços oficiais internacionais, tem muitas que nem chegam perto, que são afetadas por esses espaços e discussões mas que nem chegam perto. A dificuldade disso é que reforçam-se as desigualdades em

nível nacional, ou seja, quanto mais você tenha os espaços internacionais, mais você ganha em termos de legitimidade perante as autoridades políticas locais e nacionais, o que te dá uma série de outros recursos. Se você pode dizer "estive na Habitat", você tem mais chance de ganhar dinheiro das instituições financeiras. Agora, até que ponto se fortalece o papel importante das organizações da sociedade civil local com essa indústria de promoção da sociedade civil? Eu acho que, por um lado, tem conseqüências muito positivas o fato de crescentemente os movimentos e as ONGs e outras entidades poderem fazer referência a normas e acordos internacionais nas negociações das políticas locais, na formulação das demandas, que há uma série de novos instrumentos, etc. Por outro lado há um deslocamento possível (igual ao que eu estava falando do possível distanciamento entre uma concentração nas políticas e no político) nas formas em que algumas das organizações da sociedade civil vêm priorizando as políticas e negligenciando o político, há a mesma tensão entre a atuação em nível transnacional e a atuação em nível local.

Nathalie Lebon: Já falamos sobre a heterogeneidade da cooperação internacional, às vezes também acho que isso já foi reconhecido por muitas organizações da sociedade, a heterogeneidade dessa cooperação internacional está se reduzindo um pouco se começarmos a pensar como as agências européias estão mudando, já faz algum tempo, para um padrão mais próximo dos padrões norte americanos que requerem mais eficácia, uma prestação de contas mais rigorosa, talvez menos fundada na confiança e na solidariedade. Como está no meu texto que vocês leram, a cooperação internacional forneceu a possibilidade de profissionalização de setores de movimentos sociais, de novo estou partindo de minha experiência no movimento de mulheres. Enquanto movimentos sociais, populares, houve uma tendência até de liberação de algumas pessoas, que Ana Maria Doimo trabalhou um pouco. Na verdade, possibilitou a dedicação em tempo integral de alguns militantes,isso possibilitou a produção de textos, de materiais escritos, de treinamentos, essas coisas que são muito importantes e chegaram a ser produzidas. Mas por outro lado, para o bem ou para o mal, facilitou a formalização e a institucionalização de movimentos como o de mulheres, e imagino o ambiental, através da profissionalização. Isso porque, como expliquei no texto, há alguns requisitos

que fazem com que, para obter recursos, você tenha que ter um estatuto independente, então isso tende a congelar os movimentos em organizações, o que pode ser bom ou ruim. Isso também gera mais diferenças de poder, como falei anteriormente. Outra coisa é que é mais fácil para a maior parte das agências repassar verbas maiores do que menores para um número maior de organizações, então elas tendem a dar verbas para as que já estão bastante estabelecidas. Também é bem claro que o eixo Rio-São Paulo é favorecido, porque há mais acesso aos representantes, então sempre temos que pensar em termos de democracia. Foi claro na minha pesquisa, quando entrevistei várias pessoas, que essas organizações realmente buscam o consenso, buscam uma posição de negociação. Foi claro nas pessoas que entrevistei que há uma puxada por parte das agências para os canais institucionais de mudança social. Também ficou claro que essas agências buscam trabalhar com ONGs que se relacionam com os partidos, com o Estado, que fazem advocacy, lobby, que são muito importantes mas que, a meu ver, novamente, é diferente para ONGs que vêm do movimento, como assessoras do movimento popular. Por exemplo, teve um representante de agência que falou que as agências escolhem pessoas e organizações que segundo elas são as mais capazes de articular e passar essa mensagem, e que tendem a ser pessoas que estão confortáveis quando falam com líderes governamentais, pessoas que tenham experiência nesse nível e, talvez, com recursos para viajar para os lugares onde os que decidem sobre políticas públicas se encontram. Esses financiamentos tem até desenhos, o tema, a forma, eu vi uma forma que era extremamente constrangedora, imposta por uma ONG do norte, feminista, supostamente, que tinha uma forma de pesquisa que era extremamente constrangedora, não adequada ao que a ONG brasileira estava tentando fazer, elas não gostaram nem um pouco, tentaram mitigar os efeitos negativos mas tiveram que fazer. Principalmente, nesse tipo de exemplo muito extremo, as mulheres que participam na base, as populações de base que se beneficiam desses projetos, não têm nenhum input sobre o projeto.

Kathryn Hochstetler: Eu queria só acrescentar que no movimento ecológico vejo muito de uma influência internacional, que não é só uma coisa de que as entidades internacionais favorecem algum tipo de trabalho, o que elas fazem,

mas acho que também tem muita influência sobre o que significa meio ambiente, é uma coisa que eu vejo muito de dez anos atrás para cá. Quando eu estava aqui há dez anos, quase toda gente que se chamava de movimento ecológico era gente que trabalhava com ecologia urbana, gente que se preocupava com as questões da poluição, gente que se preocupava com as questões do meio urbano. Agora, quando volto, essas entidades ainda existem, mas têm muito pouca visibilidade, e quase a única coisa que a gente vê agora como meio ambiente, são as coisas da conservação, a Amazônia, o Pantanal, Mata Atlântica, todas essas coisas da floresta, as coisas lá fora, da biodiversidade, todas essas coisas que têm importância global. Acho que isso tem muito a ver com os padrões de financiamento, das ONGs internacionais, do BID, do Banco Mundial, dos governos do norte. Eu vejo muito isso, ninguém dá dinheiro para falar da poluição do ar, eu até essa semana falei com um cara do Greenpeace que me disse que na organização dele antes trabalhavam bastante com a poluição do ar em São Paulo, a gente sabe, não se pode respirar lá, mas a organização não tem muito interesse nisso, ele disse, porque não é uma coisa global, é uma coisa muito local, então estão trabalhando mais em efeito estufa, biodiversidade, esse tipo de coisa. Então vejo muita influência, até de quem é o movimento mesmo, uma coisa que me preocupa bastante, porque é uma questão de respirar, uma coisa muito imediata. Mas o que eu queria enfocar na minha resposta a essas perguntas, é reverter um pouco a pergunta, porque para mim, acho muito interessante pensar no papel das ONGs brasileiras nos meios internacionais. Eu não sei quantos de vocês já viram os brasileiros numa conferência da ONU, por exemplo, em algum lugar, mas estou lembrando agora, na época da Rio-92, eu falei com alguém de uma entidade muito grande, canadense, que me disse que a primeira vez que encontrou os movimentos ambientalistas brasileiros voltou para o apartamento no hotel e chorou por horas, ela achava "meu deus, essa idéia de ecologia, do meio ambiente, não tem nada a ver com a minha, politizada, o que vou fazer...", lá no Canadá era uma visão muito mais apolítica. Sempre quando eu vejo uma ONG brasileira no meio internacional, quase sempre, acho que muda muito o discurso internacional também: essa mulher saiu da conferência da ONU com pensamentos diferentes do que era o meio ambiente, não vai financiar as novas, mas sabe que há outras idéias.

Acho que não se deve pensar que as influências internacionais vêm só de um lado para o outro. Bom, claro que os brasileiros tem menos influência do que a relação oposta, mas há um seminário como hoje por exemplo, acho tão importante esse diálogo ao nível acadêmico, nível da ONU, e acho importante porque tem essa visão, brasileira mesmo, eu acho, que é uma visão muito crítica, que sempre pensa da política, que sempre vê relações entre coisas que outras pessoas muitas vezes pensam que são diferenciadas, eu acho muito útil. Então, não se deve esquecer que tem esse outro lado também.

Silvio Caccia Bava: Vou começar pelo que você terminou. É impressionante por exemplo como numa reunião internacional a América Latina faz um bloco na primeira meia hora de jogo, coisa que é absolutamente impensável com as ONGs da África, ou mesmo da Ásia. Eu penso que isso tem a ver com um processo sócio histórico, quer dizer, por que no final das contas a América Latina, não é o Brasil só, é a que apresenta uma visão mais politizada das questões? A África por exemplo é uma terra arrasada, não dá para pensar em repassar recursos para ONGs locais porque não tem, ou você faz um atendimento direto como os Médicos Sem Fronteira, coisas assim, ou a situação fica mais complicada. Acho que a geração das ONGs que marca esse período é a da superação dos regimes de exceção na América Latina, da luta contra as ditaduras, que deram origem a esse tipo de perspectiva de trabalho. Numa sociedade civil que tem um nível de organização, eu diria, superior a outras regiões que são subdesenvolvidas, periféricas, a mediação com a política é uma questão que se coloca para todo mundo. Então, acho que essa origem histórica do por que nós acabamos sendo tachados de políticos, é que eu acho que tem aí uma razão de ser desse processo. Me lembrei nessa discussão da cooperação de uma fala da Susan George, que é uma cientista social européia, ela coordena o Observatório da Globalização, uma coisa assim, que ela fala: "a cooperação internacional nunca foi tão baixa como é hoje". Hoje ela é 0.23% do PIB do G7, que assinaram um compromisso em 1992, na ECO, de botar 0.7% de seu orçamento nos projetos de cooperação. A Susan George é ainda mais ácida, ela diz assim: "tende a cair mais". Por duas razões. A primeira é que acabou a Guerra Fria, a disputa de hegemonia dos blocos comunista e capitalista. Antes, durante a Guerra Fria, a Etiópia era

disputada pelas agências de cooperação, que vai botar lá seu pézinho e garantir que aquilo não é domínio ideológico do campo adversário. A outra coisa é que as verbas da cooperação são dominantemente verbas de governo a governo, 95% da cooperação internacional é destinada a apoios a projetos de governo a governo. Era entendida, muitas vezes, como um mecanismo de abertura de mercados. Ora, com o fim das barreiras protecionistas imposto pelo Consenso de Washington, não tem por que investir em cooperação para liberalizar o mercado para produtos do norte, porque as barreiras de proteção já cederam mediante os acordos internacionais. Então Susan George diz que a tendência é que não seja 0.23%, é que desça ainda mais. Isso do ponto de vista de uma visão mais geral. Eu diferenciaria a questão da cooperação internacional entre esses atores, acho que cada um tem uma motivação distinta. As agências de cooperação que tem base eclesial, ecumênica, que são os protestantes, os católicos, que arrecadam dinheiro nas suas Igrejas, na quaresma, etc, para ajudar os pobres do sul, eles têm uma motivação. O sistema das Nações Unidas, tipo Unicef, Unesco, têm autonomias relativas maiores do que os outros organismos das Nações Unidas e têm políticas próprias, particularmente a Unicef. O Banco Mundial e o BID, em termos de cooperação, além deles serem muito mais centrados governo a governo, eles estão pensando estratégias de fundo, com conseqüências de largo prazo. Por exemplo, agora o James Wolfeson, presidente do Banco Mundial, mudou o discurso dele, antes era um discurso de combate à pobreza, "nós precisamos erradicar a pobreza", agora não é mais, o discurso diz assim "o fortalecimento da sociedade civil". É curioso, porque o eixo da discussão era o seguinte: vamos combater a pobreza antes que a situação se desestabilize. Agora, com a pobreza aumentando, a questão da estabilidade política levou à conclusão de que, se você não tem um interlocutor na sociedade civil, esta sociedade vai para a barbárie, vai privatizando seus espaços. É preciso fortalecer inclusive as oposições, do tipo assim: os pequenos proprietários rurais perderam em torno de um milhão de pequenas propriedades nos últimos cinco anos, dados do Delfim Netto na Carta Capital, quer dizer, isso gerou um desemprego, porque esses pequenos proprietários também tinham seus trabalhadores rurais, e os próprios proprietários ficaram sem ter o que fazer, uma situação altamente explosiva do ponto de vista social. Se não tivesse o MST, como estaria essa situação? Ou se

não tivesse a Igreja Católica na época das comunidades de base, final dos anos 70, como é que o Estado, ou por outra, a elite dominante pela via do Estado encontraria uma interlocução capaz de uma regulação pública da vida social? Então, a discussão da estratégia do Banco Mundial hoje é muito mais (eu acho que é lento esse movimento de mudança) passa do alívio da pobreza para o fortalecimento da sociedade civil por essas razões. A sugestão que eu queria colocar, de um lado, é que a idéia da análise da cooperação internacional pudesse permitir florescer lógicas diferenciadas, segundo os atores que estão envolvidos. Tem um outro lado também, que eu chamaria a globalização positiva, que é um pouco essa difusão de que existem hoje direitos sociais que são inalienáveis, todos, no mundo inteiro, têm, ou pelo menos o reconhecimento de que devem ter esses direitos. Isso as cúpulas sociais dos anos 90 ajudaram a construir e, através das cúpulas, a sociedade civil também ajudou a construir redes planetárias, são vários tipos de redes temáticas, articulações continentais, que permitem uma troca, um maior prestígio, uma formação quase de algumas redes que façam uma interlocução mais global. Nesse sentido tem um aspecto bastante positivo a atuação da cooperação ao ajudar a viabilizar a construção de agendas e a construção de eventos desse caráter internacional. Tem um outro lado que eu vou só mencionar que é o seguinte: o sistema das Nações Unidas perdeu a sua funcionalidade para a qual foi concebido quando criado na época do acordo de Bretton Woods. Não serve mais para aquilo, eles estão buscando se reposicionar. Por exemplo, o BIRD, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, abandonou a idéia de desenvolvimento, ele agora quer combater a pobreza, porque não é mais viável pensar que os países pobres possam sair dessa condição de pobreza. Essa agenda social promovida pelas Nações Unidas é para legitimar o sistema com um novo papel, que é o de garantir uma plataforma planetária de discussões em torno de direitos. De alguma maneira, os encontros dos governos, que foi isso que as Nações Unidas promoveu, foi seguido pelos encontros paralelos da sociedade civil, porque os governos, muitos deles, não querem misturar as discussões. Alguns países inclusive ofereceram seus delegados oficiais para que se transformassem em porta vozes, nos encontros governamentais, das vozes da sociedade civil. O nosso nem quer saber, no caso do Brasil. Também não é um ato voluntarioso da sociedade civil construir

uma nova plataforma de direitos, é uma estratégia do sistema das Nações Unidas de se reposicionar internacionalmente e ganhar uma outra funcionalidade, senão vão fechar. Agora começa a haver uma divisão de trabalho entre o BID e o Banco Mundial, onde as tarefas sociais parecem mais orientadas para serem cumpridas pelo BID, ao invés do Banco Mundial, que ficaria com a regulação dos mercados, com a gestão dos equilíbrios financeiros que permitem a estabilidade. Então, é fascinante essa discussão, eu acho que ela tem uma importância muito grande, mas eu continuo pensando que a nossa capacidade de atuar nesses espaços da cooperação só existe se houver no Brasil uma consistência, uma densidade, uma mobilização por parte desses atores da sociedade civil, que possam incidir, a partir do trabalho acumulado aqui, na discussão internacional. Evidentemente você tem trocas, mas houve muitas avaliações que disseram assim "as ONGs serviram muito mais para legitimar esse debate das Nações Unidas e funcionavam como uma espécie de claque desse debate internacional, do que para atuar efetivamente aí, porque nesse espaço internacional ela se descola do seu poder de mobilização da sociedade, de alguma maneira". Eu não sei se essa avaliação é 100% correta, mas é uma preocupação de mostrar que transformação social se faz com forças sociais, você não faz com discurso.

Ana Cláudia Texeira: Uma única questão que vale reforçar, interessante, é que apesar, Silvio, de você estar dizendo são atores diferentes, que têm perspectivas diferentes, tem uma coisa que parece meio comum da cooperação internacional, Banco Mundial, não sei se vamos conseguir responder hoje, que é por que todas elas cobram mais eficácia, eficiência, resultados, objetivos mensuráveis, etc? Não sei se estou errada, mas me parece que todas cobram, independente do lugar de onde vêm. A tese da Nathalie dá pistas para entender. Imagino que é uma confluência de circunstâncias que acontecem que, apesar de virem de lugares diferentes, apesar de talvez terem projetos diferentes para esse dinheiro financiado, estão todas exigindo eficácia, resultados, etc.

Sonia Alvarez: No campo do feminismo também é gritante como o "mercado internacional de projetos" leva à priorização de determinadas agendas que,

para quem faz estudos etnográficos sobre qualquer determinado movimento, como tem sido o meu caso através de muitos anos, é perceptível que não surgem organicamente desses movimentos, e isso é muito preocupante. Uma das coisas que eu acho que é fundamental politicamente para verdadeiramente fortalecer a sociedade civil é trabalhar este problema, de como as agências de financiamento mudam os discursos dos movimentos. Por exemplo, hoje em dia praticamente não tem uma única ONG feminista no Brasil ou na América Latina que não trabalhe com direitos sexuais e reprodutivos, quer dizer, muitas ONGs têm desenvolvido um trabalho nesse campo só porque há dinheiro nesse campo. Então você enquadra outras coisas que você está fazendo como se tivessem relação com isso. O interessante é que há uma mudança, ao mesmo tempo, na cooperação internacional no sentido de redimensionar e redefinir o que antigamente chamava-se controle da natalidade, que depois chamou-se planejamento familiar, e agora é o campo dos direitos sexuais e reprodutivos, mas que às vezes é um deslizamento só, não uma real redefinição. Outro exemplo clássico é das masculinidades, que de repente virou moda, também no campo das agências internacionais, enfatizar que o importante para mudança social, se vamos pensar em gênero, precisamos pensar em homens e mulheres, então não há um projeto de gênero a não ser que inclua tanto homens quanto mulheres. Então 30% das ONGs e das pesquisadoras na América Latina agora estão estudando masculinidades. Também quero retomar essa dupla, eficácia e eficiência. Acho que a insistência na dupla eficácia e eficiência em vez de na dupla cidadania e empoderamento (porque há um deslocamento também dessa ênfase, que já existiu na cooperação), tem tudo a ver com aquilo que eu falava de que o terceiro setor não foge da lógica do mercado e do Estado, por um lado, e outras coisas que acho que são mais micro institucionais, organizacionais, que a Nathalie aponta no capítulo dela, que tem a ver com a lógica das próprias agências. Elas também são ONGs em alguns casos, ou agências para-estatais, em outros, e elas têm que prestar contas, tem que gastar o seu dinheiro eficientemente, têm que gastá-lo dentro de um determinado ano fiscal, então quem sabe de projetos das fundações, é bom apresentar por exemplo um projeto no final do ano fiscal de uma agência, as chances de financiamento são maiores, é dinheiro que eles têm que gastar senão eles perdem a sua isenção,

etc.,etc. Então, há uma lógica da própria instituição, a lógica da eficiência, porque como a Ana Cláudia também aponta, as agências preferem dar montantes maiores para grupos maiores, porque é mais fácil burocraticamente processar, você tem que soltar 500 mil dólares, dá para uma ONG grande. Literalmente se fala assim, "move the money", é o mecanismo mais eficiente, poupa dinheiro para a burocracia da instituição.

Perguntas 6 e 7

6) Estamos assistindo na Venezuela, no Equador, no Perú, na Colombia, para ficar nesses países, iniciativas que negam as regras do jogo democrático tal qual definidas pelas suas elites—uma crise da institucionalidade democrática e das perspectivas de mudança social. Em alguns casos temos aberta uma crise política aguda, um verdadeiro impasse quanto às possibilidades de evolução da crise da institucionalidade democrática. No entanto não percebo que haja desenhado um projeto de mudança social a ser perseguido. A questão da democracia e da cidadania portanto não ganham contornos mais definidos quanto aos seus conteúdos e sua capacidade de promover mudanças. O discurso democrático é apropriado igualmente pelos setores conservadores. Boaventura de Souza Santos fala que um novo conteúdo democrático só será definido a partir de rupturas com o sistema político atual. Ele vai além, diz que enquanto a AL estiver discutindo reformas, isto é, a melhoria do que aí está, esta longa transição política para a democracia poderá sofrer reveses autoritários maiores dos que os que já temos.

a) É possível a afirmação de um regime político democrático de caráter amplamente redistributivo, orientado para atender as demandas sociais da maioria, na atual conjuntura da AL?

b) Se é possível, como entender o papel não da sociedade civil como um todo—esta questão já em si é das mais complicadas pois supõe uma homogeneidade de interesses dos distintos setores organizados da sociedade civil que não existe—mas dos setores que se organizam na defesa de direitos, aí incluídas as ONGs?

(7) Para finalizar o nosso debate, quais os elementos que ao seu ver contribuiriam para fomentar uma sociedade civil democrática e "democratizante" na América Latina?

Silvio Caccia Bava: Eu tenho a impressão que, depois do período em que se restabeleceu o jogo democrático na América Latina, foi um jogo que não mudou nada. Por exemplo, você pega o choque do petróleo em 82/83, dá um plus de dinheiro para a Venezuela que tem uma barca de petróleo, que é vinte vezes o Plano Marshall para a Europa. E não aconteceu nada em termos de redução da pobreza ou diminuição da desigualdade. Isso você pode observar de alguma maneira em todos os países da América Latina, com alguma exceção do Chile, que, no entanto, não reduziu também a desigualdade, só melhorou um pouco seu nível de pobreza. Ou seja, a democratização não democratizou, não mexeu com a questão da equidade, não desalojou as elites locais, etc. Começa a haver um descrédito e uma ilegitimidade do sistema político crescente, vai dar em Chiapas, vai dar no movimento dos índios no Equador, no MST, começam a transbordar formas instituintes de uma prática cidadã, que não cabem na armadura institucional. O caso da Venezuela para mim é da maior importância. Eu não quero discutir se o Chavez é um gorila militar ou não, a questão é que a população deu só 6% dos votos para o que seria aqui o PMDB e o PFL. O resto todo foi para um partideco de nada, que criou uma Constituinte, essa Constituinte subordinou o Congresso a sua legislação, o Judiciário, e só sobrou para as elites da Venezuela a Igreja para fazer a condenação política e ideológica do governo do Chavez. Todo o aparato institucional caiu, não funcionou, e caiu porque não correspondia, é a mesma coisa das eleições no México, do Fujimori, que agora sai o outro candidato de oposição porque aquela eleição estava viciada, quer dizer, o sistema político não é capaz de absorver as pressões da sociedade. Acho que se você olhar o Equador, não vou entrar em detalhes, se você olhar a Venezuela, a Colômbia, Paraguai, se você começar a fazer uma leitura de algumas indicações do Brasil, o sistema político tem que ser mudado, ele tem que criar uma forma nova de representação e de gestão integrada da sociedade, talvez você tenha indicações de elementos da contra hegemonia aparecendo

nas experiências de gestão municipal do PT aqui, em alguns outros lugares, nas a questão central é que democratizar a América Latina e o Brasil passa por uma refundação de um pacto de regulação política e criação de novas instituições que sejam capazes de incorporar esses novos atores. Se não for por aí, esse sistema não para de pé, é isso que está sinalizado para mim na conjuntura. Então a idéia da questão democrática e cidadã, não é olhar para trás, numa espécie de ethos regressivo, dizendo "o que a Revolução Francesa nos legou nós queremos que vigore", ou sobre a Constituição de 88, ainda que ela seja muito nova. Mas eu acho que, por exemplo, a idéia de governar cidades como São Paulo, regiões metropolitanas, nós precisamos de outros sistemas políticos, o clientelismo não funciona mais como funcionava antes, nas cidades de médio porte começam a se eleger pessoas, médicos, profissionais liberais, que escapam das famílias oligárquicas locais. Quer dizer, está vazando de várias óticas possíveis o arcabouço que manteve a América Latina nesse processo crescente de dualização. Não garante que vá para melhor, nós podemos ir para regimes totalitários.

Sonia Alvarez: Acho que a questão fundamental seria o papel desse setor da sociedade civil que representa "o bem", acho que tem gente com solução para isso, para essa engenharia que leva a essa situação ruim. A Venezuela é particularmente grave porque é tida como a democracia mais histórica, era tida pelo menos até o primeiro golpe do Chavez, tinha um sistema de partidos que funcionava...

Silvio Caccia Bava: Onde estão as indicações que prefiguram uma nova forma de organização política, é isso? Eu estou dizendo "a sociedade civil tem um papel central". Aliás, o Betinho dizia assim "o poder está na sociedade civil, não está no Estado. O Estado é um instrumento". Então, se nós estamos hoje, de um lado, super fragilizados enquanto sociedade civil pelas políticas neoliberais, que acabam tentando desconstituir os atores da sociedade, da oposição, etc, por outro lado nós temos laboratórios de contra hegemonia que podem estar indicando, sim, prefigurando novas formas de relação do público com o privado, a construção de esferas públicas não estatais, câmaras setoriais de negociação que podem fazer com que a questão social tenha prevalência

sobre o econômico, várias indicações, o que é uma colcha de retalhos, duvido que alguém tenha, adoraria que tivesse, uma visão mais articulada disso aí. Mas a história não pára, não é um fim de linha. Só para ilustrar, em 1978, eu estava no CEDEC numa discussão onde os especialistas intelectuais que estudavam a classe operária tinham dito: "o novo padrão tecnológico desarticulou os movimentos sociais, não tem mais possibilidade dos trabalhadores se mobilizarem na forma clássica do conflito entre capital e trabalho". 1979, 80, 81 você teve as maiores greves do Brasil. Isso quer dizer para mim, que muitas vezes quem perde o pé somos nós, na leitura desses processos. Não é que a história parou. Agora, como se dão essas novas formas associativas? Esses novos atores emergentes, como se relacionam? Como isso é capaz de ser abrigado numa relação público/privado, numa nova institucionalidade política? Essas questões eu acho que estão colocadas como um desafio, não sei o que você acha...

Sonia Alvarez: Sim, mas o que me preocupa é justamente, dados todos os problemas que foram apontados, que essas experiências bem sucedidas são realmente ilhas cada vez menores em certo sentido. Não estou querendo menosprezar esses laboratórios, mas muito dos sentidos desses laboratórios contra hegemônicos estão sendo re-hegemonizados. Para quem aposta nessas possibilidades, fica cada vez mais difícil imaginar como poderiam chegar a ser uma contraproposta ao Hugo Chavez, eu já estava preocupada com uma contraproposta e agora estou mais preocupada ainda. Eu acho que vale a pena ver o debate que estamos tendo para verificar essas contradições, ver como revitalizar esses espaços, porque eles não estão dados... acho que eu teria dito cinco ou seis anos atrás que estavam aí, dados, agora é preciso dizer que estão mais fragilizados.

Silvio Caccia Bava: Eu queria dizer, por exemplo, você pega no caso do Brasil, eu acho que é extremamente contraditório, a gente vê a força e a fraqueza ao mesmo tempo. Mas hoje você tem três Estados muito importantes o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, agora interrompido, e Rio de Janeiro fazendo orçamento participativo estadual. Não é pouca coisa, porque é a transparência das contas públicas, não estou nem discutindo o percentual que

está sendo objeto de decisão, é que para fazer isso você tem que mostrar, e começa a ter um controle. Então agora tem um projeto de lei no estado de São Paulo, de uma deputada, de orçamento participativo estadual. Isso tem um rebatimento no nível federal no sentido da construção de uma agenda hoje que é preciso ver o que entra e o que sai, como entra e como sai, de onde entra e de onde sai em termos de recursos. Eu acho que se essa agenda se consolida, não que ela venha a se tornar real já, mas que ela já seja um tema público, é um avanço enorme em termos de contra hegemonia.

Evelina Dagnino: A sensação que eu tinha é que você estava privilegiando os novos arranjos institucionais. Eu ia dizer então que essas experiências de inovação institucional que a Constituição de 88 traz, mal ou bem, têm mostrado que de fato os arranjos institucionais novos foram possíveis de serem delineados por uma correlação de forças x, que primeiro, não necessariamente se manteve, segundo, nos níveis outros, estaduais, municipais, etc, não tinha a menor obrigação de se repetir como não se repetiu. Donde, isso que você chama de fragilização, ou seja, os novos arranjos institucionais que eram saudados como "a grande vitória", se revelaram um campo de disputa feroz. Tolos de nós que achamos que podia ser diferente, que a vitória do aprofundamento da democracia se deu em 88 e pronto, estava resolvido. Eu ia dizer tudo isso para chamar atenção, o que agora não é mais pertinente porque eu acho que você mesmo já chamou, de que os arranjos institucionais são só parte da história.

Silvio Caccia Bava: Eu acho que existem 40 mil pessoas hoje, que integram os conselhos de gestão, que estão absolutamente disponíveis para sentar numa sala como essa e discutir como faz para ser um ator nesse processo. Não tinha antes essas 40 mil pessoas.

Evelina Dagnino: Eu só queria lembrar também em relação a essa coisa de fragilizado ou não fragilizado, um pouco qual é o nosso parâmetro de avaliação. Vou lembrar aqui o que o Boaventura diz sobre o orçamento participativo, a propósito da questão da autonomia da sociedade civil no orçamento, ele propõe pensar as coisas da seguinte maneira: há aí um mútuo

condicionamento da autonomia. Assim como nós perguntamos se a sociedade civil mantém a sua autonomia frente ao Estado, cabe a mesma pergunta em relação ao Estado. O Estado mantém sua mesma autonomia frente à sociedade civil, ou na verdade o que houve é um estreitamento, ou uma negociação mútua dessa autonomia e caberia então olhar onde, quando e como os ganhos são maiores e são menores. O outro relativiza a sua autonomia, e essa é uma pergunta que cabe aos dois lados. É isso que estou querendo ressaltar para dizer o seguinte: com toda a fragilização e as dificuldades possíveis dessas experiências, acho que elas impedem que se pense o Estado no Brasil da mesma maneira que se pensava há quinze anos atrás, inclusive sobre uma das coisas que você disse, Silvio, o império total e completo e não questionável do clientelismo e de todos os ismos. Então, acho que, mal ou bem, estamos num outro patamar, não é nem de perto um patamar de vitória, mas certamente é um outro patamar em relação ao passado. No fundo o que eu queria chamar atenção é essa dualidade entre sociedade política, sistema político, arranjos institucionais e as transformações na sociedade, para dizer algo absolutamente chavão, que chama atenção para o nível das relações entre cultura e política.

Sonia Alvarez: Mas, nesse sentido, acho que, quando falo de fragilização, eu não estou falando dos conselhos, orçamentos participativos, que estamos voltando de novo à noção de o que interessa, o importante, é política pública numa determinada concepção de política. Eu acho que justamente o que mudou talvez, mas que não é irreversível, é a cultura política, chacoalhou um pouquinho da cultura política e da política da cultura. O que está fragilizado ao meu ver é a capacidade crítica da sociedade civil, e não necessariamente aqueles espaços de interação entre sociedade civil e Estado, novamente enfatizando que também a sociedade civil tem um outro papel, que não se reduz exclusivamente a esse papel da gestão, ou co-gestão com o Estado. Sem esse papel crítico, de intervenção no político e não só nas políticas, vai ter mais Chavez, mais Fujimoris, mais Collors, de promover o sentido subjetivo da cidadania, aquela coisa do direito a ter direitos, saber que você tem direitos entender a diferença entre um salvador da pátria autoproclamado e uma pessoa que realmente tem uma proposta democrática para a sociedade. Como se resolve isso através de conselho? Não se resolve exclusivamente através da

participação em espaços institucionais, se resolve pela conscientização, pela introdução e manutenção de um contra sentido comum sobre como a sociedade é constituída, e isso requer movimento social, para dar a volta completa. Não só nas ruas, etc, mas requer militância.

Evelina Dagnino: Só para esclarecer, Sonia, você sabe bem o quanto eu concordo com você... Eu privilegiei os tais espaços geradores de políticas porque o início da fala do Silvio foi "democratização não avançou, ao contrário o que avançou foi a pobreza, desigualdade, etc". O que é também muito preocupante é que nesses últimos anos, podemos pensar que a cultura política mais hierárquica, autoritária e tradicional foi chacoalhada mas a sociedade se vê atravessada por uma outra torrente absolutamente dramática que é o que nós vimos no Rio ontem. [um episódio de violência urbana num ônibus, com a interferência da polícia, que acabou com a morte do assaltante e de uma refém) Tem aí um outro foco que evidentemente está relacionadíssimo com o resto, mas sobre o qual...

Sonia Alvarez: Mas que uma das coisas interessantes que pesquisas apontam é que há relativamente poucas ONGs por exemplo dedicadas à questão da violência. Eu estava relendo o livro do Rubem Cesar de 94 onde ele aponta uma coisa mínima, 1% de todas entidades se dirigem a esses problemas, e quando se dirigem é para promover novas políticas de segurança pública, policiamento comunitário, etc.

Evelina Dagnino: Não tenho muita informação, mas evidentemente não me estranharia se os novos impulsos autoritários, Chavez e companhia, que tem na idéia da segurança um baluarte fundamental, avançassem num contexto como esse.

NOME (Name): _____

_____

_____

_____

ENDEREÇO (Address): _____

_____

_____

_____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: 0XX (19) 3788.1604 / 3788.1603
Telefax 0XX (19) 3788.1589
pub_ifch@obelix.unicamp.br